

1
0 1 0 1 0 1
1 0 1 0 1
0 1 0 1 0 1 0 1 0
1 0
0 1 0

A DEMOCRACIA ACEITA OS TERMOS E CONDIÇÕES?

Eleições 2022 e a política
com os algoritmos

Aceita os
novos termos
e condições?

Sim

Ver Termos

Agradecemos com alegria a Sergio Amadeu por iluminar as reflexões da equipe da Fundação Heinrich Böll no Brasil sobre a tecnopolítica e a democracia.

Organização da publicação:

Manoela Vianna

Editores:

Annette von Schönfeld

Manoela Vianna

Marilene de Paula

**Assistente de edição, pesquisa iconográfica
e produção de conteúdo para infográficos:**

Paula Gonçalves

Projeto gráfico, infográficos e diagramação:

Beto Paixão

Lista de autores:

Andrea Dip

Camila Rocha

Debora Pio

Democracia em Xequê

Francisco Brito Cruz

Gabriela Vergili

Gilberto Scofield

Instituto AzMina

Isabele Aguiar

Joyce Souza

Manuela D' Ávila

Pedro Saliba

Rafael A. F. Zanatta

Rodolfo Avelino

Sergio Amadeu

A Democracia aceita os termos e condições? : eleições 2022 e a política com os algoritmos / organização Manoela Vianna; editores Annette von Schönfeld, Manoela Vianna, Marilene de Paula. -- Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2022.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87665-06-1

1. Brasil - Política e governo 2. Ciências políticas 3. Democracia 4. Eleições
5. Tecnologia 6. Vigilância eletrônica I. Vianna, Manoela. II. von Schönfeld, Annette.
III. vianna, Manoela. IV. Paula, Marilene de.



Licença Pública Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional

A DEMOCRACIA ACEITA OS TERMOS E CONDIÇÕES?

Eleições 2022 e a política
com os algoritmos

SU- MÁRIO

APRESENTAÇÃO Pág. 6

01

ARTIGO

**DADOS, ALGORÍTMOS,
DESINFORMAÇÃO E OS RISCOS PARA A DEMOCRACIA** Pág. 11

02

ARTIGO

**A EMERGÊNCIA DA PROPAGANDA EM
REDE E O BRASIL EM RISCO DEMOCRÁTICO** Pág. 17

03

ARTIGO

**A COMPLEXA TAREFA DE ENTENDER,
COMBATER E LEGISLAR SOBRE
DESINFORMAÇÃO EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE** Pág. 23

04

ARTIGO

**VIOLÊNCIA POLÍTICA DE
GÊNERO É AMEAÇA À DEMOCRACIA** Pág. 31

05

ARTIGO

**A VIOLÊNCIA NAS REDES QUE BUSCA
AFASTAR AS MULHERES DA POLÍTICA** Pág. 39

06

ARTIGO

**"IDEOLOGIA DE GÊNERO" - UMA
NARRATIVA FANTASIOSA E MOLDÁVEL** Pág. 47



07 ARTIGO
**INFLUENCIADORES DIGITAIS E A
EXTREMA-DIREITA BRASILEIRA** Pág. 55

»»»» MAPEAMENTO DE CANAIS
E PERFIS DE REDES SOCIAIS Pág. 63
Democracia em Xequê

08 ARTIGO
**HACKEAMENTO GOVERNAMENTAL E A
SEGURANÇA NO PROCESSO ELEITORAL** Pág. 71

09 ARTIGO
**PENSAR LOCAL: A
ALTERNATIVA PARA A SAÍDA DA CRISE** Pág. 77

10 ARTIGO
**UM PASSO ATRÁS: A RELEVÂNCIA DO
COMBATE AOS ILÍCITOS DE DADOS NAS ELEIÇÕES** Pág. 85

GLOSSÁRIO Pág. 92

SOBRE A FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL BRASIL Pág. 98

APRESENTA

A DEMOCRACIA ACEITA OS TERMOS E CONDIÇÕES? ELEIÇÕES 2022 E A POLÍTICA COM OS ALGORÍTMOS

Em junho de 2021, um pai e uma filha debatem sobre as condutas do presidente brasileiro. A filha argumenta que o apoio a Jair Bolsonaro diminuiria fortemente após a confirmação de que o governo ignorou 81 e-mails da Pfizer com ofertas de vacinas para a Covid-19, informação divulgada quando as mortes na pandemia no país chegavam a 400.000. O pai responde desacreditando os fatos sobre as negativas as vacinas, afirma que no momento tudo que acontecia no Brasil era considerado culpa do chefe de Estado e que a imprensa não noticiava as ações positivas do governo. Como exemplo, ele cita o grande número de estradas construídas e reformadas por Jair Bolsonaro e mostra um vídeo. O mesmo vídeo circula em uma outra família em um grupo de Whatsapp, com o mesmo propósito de mostrar o que a “Globo não mostra”, expressão usada em memes políticos para reforçar a tese de que a grande imprensa persegue o governo vigente no Brasil.

O culto as estradas dos bolsonaristas é uma das narrativas eficientes que mantém mobilizados os apoiadores nas redes sociais. São imagens e relatos compartilhados no Whatsapp e Telegram e vídeos no Youtube mostrando o presidente trabalhando, embora a agência Aos Fatos tenha divulgado um estudo que afirma que 54% das ações comemora-

AÇÃO

das por Bolsonaro sobre as estradas no Twitter são legados de outros governos¹.

Faltando 70 dias para a eleição, talvez bem menos quando você encontrar este texto, essa história de desavença familiar passe longe da gravidade dos últimos acontecimentos, como o encontro (em 18 de julho) com embaixadores, convocado pelo presidente, que reafirmou, dessa vez para uma plateia internacional de alto escalão, desacreditar no sistema eleitoral brasileiro, sem mais uma vez apresentar provas. E o assassinato do guarda municipal petista Marcelo Arruda em sua festa de aniversário, cometido por um bolsonarista indignado com a temática da comemoração, o candidato Lula. Todos esses casos têm conexões com o cenário político em que está em jogo a democracia do Brasil e fazem parte elementos como negacionismo, desinformação, descrédito à imprensa e violência política.

Nesse sentido, a transformação na forma de fazer política impulsionada pela internet e pelo funcionamento das redes sociais tem um papel essencial. O presidente Jair Bolsonaro é um fenômeno tecnopolítico porque é um produto da dinâmica das redes sociais na qual o brasileiro passa boa parte do seu dia, consumindo e compartilhando informações.

Segundo relatório da consultoria AppAnnie, em 2021, usuários no Brasil passaram quase 5 horas e meia por dia no smartphone, liderando o ranking mundial, empatados com a Indonésia².

A consequência dessa mudança do *modus operandi* da política foi evidenciada com a vitória de Bolsonaro em 2018, que aconteceu sem ajuda dos determinantes clássicos de uma eleição, como tempo de televisão, alto financiamento, estrutura partidária e palanques estaduais. A conquista foi construída pelo domínio dos aparatos de comunicação ofertados pelas redes sociais. A campanha não só venceu as eleições em 2018, como ganhou a disputa na internet utilizando disparos em massa no Whatsapp, fake news e o bom uso da imagem e retórica do então candidato à presidente nas redes.

Os quase quatro anos de mandato de Jair Bolsonaro e os muitos estudos sobre a algoritmização da vida não fazem com que as eleições de 2022 sejam disputadas com grandes vantagens de um aprendizado sobre essa nova forma de se fazer política. Os desafios permanecem e são muitos. Com a intenção de contribuir com o debate sobre como fortalecer a democracia, a Fundação Heinrich Böll convidou pesquisadores do campo dos direitos

digitais e ciência política para refletirem sobre a conjuntura das eleições de 2022, utilizando a perspectiva de que as redes e os algoritmos têm um papel fundamental. O conjunto de artigos aponta caminhos e reforça a necessidade de que a sociedade civil compreenda como o ecossistema da internet funciona. Chamamos esta publicação de “A democracia aceita os termos e condições? Eleições 2022 e a política com os algoritmos,” como uma provocação sobre a inovadora forma de fazer política e como em geral não sabemos de fato no que estamos concordando quando dizemos sim na internet e é justamente essa opacidade que confunde e não dialoga com um valor fundamental para o exercício democrático: a transparência.

O pesquisador e professor da UFABC Sergio Amadeu abre nossa publicação com um artigo sobre como a operação dos algoritmos que regem as plataformas, nas quais circulam os dados, é invisível para quem as utiliza. Os sistemas algoritmos ditam a distribuição de mensagens que fazem parte da arena pública na qual são disputados os rumos políticos das sociedades. Publicada este ano, uma pesquisa realizada com mais de 2 milhões de tweets, em 7 países³, mostrou que o sistema algorítmico do Twitter recomendava ou amplificava mais mensagens de direita do que de esquerda. Será que estamos atentos o suficiente para a falta de transparência das regras que regem as plataformas?

Francisco Brito, do Internetlab, analisa as questões da complexa moderação das plataformas. Para ele o campo bolsonarista busca ampliar a distribuição de sua propaganda, muitas vezes usando narrativas violentas e desinformativas, o que pode esbarrar na moderação realizada pelas plataformas. Já parte da sociedade civil defende os direitos de usuários, como demandar transparência sobre como os serviços e regras privadas podem impactar os direitos humanos.

Gilberto Scofield, da Lupa, discute o fenômeno da desinformação e responde à pergunta: Por que as pessoas acreditam naquilo que querem acreditar mesmo sendo mentira? No mundo da pós-verdade para deter a indústria da desinformação a checagem dos fatos é uma ferramenta importante. O autor analisa também o projeto de lei das fake news, argumentando que é uma resposta simples para problemas complexos. Mais que nunca a desinformação tornou-se uma estratégia política⁴.

O Instituto AzMina e Manuela D’Ávila discorrem sobre a representatividade das mulheres na política demonstrando como a violência de gênero é um impulsionador para a ainda pouca presença feminina nesses espaços de decisão. “Não se espera que alguém aceite um convite para uma experiência que sabe que lhe será dolorosa. Mas quando pedimos para que mais mulheres ocupem espaços de poder na política, é justamente isso que lhe oferecemos: uma experiência não só perigosa, mas violenta”, coloca o Instituto que assina de forma coletiva seu artigo. As mulheres temem pela segurança nas redes sociais e fora delas.

Para Manuela D’Ávila, no ambiente tradicional da política os homens disputam entre eles, mas quando surgem mulheres que ameaçam suas posições, há homens que partem para a ação violenta. Essa violência política de gênero acontece nos parlamentos, nas ruas e nas redes sociais. “A morte de Marielle alimenta os monstros na internet, os monstros na internet alimentam os agressores nas ruas,” afirmou a ex deputada, líder no recebimento de ataques misóginos em 2020.

Em 14 de julho, o colunista do UOL Chico Alves noticiou que estão crescendo os ataques nas redes aos ministros do Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior Eleitoral por parte de influenciadores de extrema-direita, que apoiam o presidente Jair Bolsonaro.

Os números são do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Internet e Política da PUC-Rio e as altas mais claras apareceram no YouTube e no TikTok⁵. Este fenômeno pode ser visto sob a perspectiva da cientista política Camila Rocha, autora do livro “Menos Marx, mais mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil”. Para ela, na disputa pela atenção de um público desconfiado da mídia mainstream e saturado por um tsunami de informações, alguns conteúdos passaram a ganhar a competição por visualizações e cliques e a vantagem ficou com quem disparou primeiro: influenciadores direitistas. Esses criadores se colocam como anti-establishment e oferecem conteúdos com aparência jornalística, chamadas sensacionalistas e linguagem simples, mas muitas vezes fake news ou vídeos com montagens para um entendimento mentiroso do conteúdo.

Entre janeiro de 2019 e agosto de 2021, onze canais do YouTube pró-Bolsonaro, que divulgavam informações falsas sobre urnas eletrônicas, arrecadaram mais de dez milhões de reais. A partir de acordos do TSE com as plataformas, vídeos foram retirados com ordem judiciais e alguns canais iniciaram um movimento de retirada de conteúdos desinformativos ou aqueles com claros ataques à segurança das instituições, representantes ou à democracia, temendo serem autuados pela justiça. Os canais que mais lucraram antes de serem bloqueados judicialmente foram o Folha Política, com 2,5 milhões de reais, e o youtuber Allan dos Santos, com 1,7 milhão de reais⁶. A retirada dos vídeos por solicitação judicial ou feita pela decisão dos próprios criadores acontece em geral após eles se disseminarem em muitas redes e já terem recebido muitas visualizações e compartilhamentos.

Rodolfo Avelino, professor do Insper e especialista em cibersegurança, explica porque não são válidos os questionamentos sobre a segurança das urnas eletrônicas, apontando que os procedimentos que estão sendo realizados reforçam a tese de que os

riscos estão mitigados, diferente do que afirma a narrativa bolsonarista. Por outro lado, Avelino reflete sobre uma outra séria questão pouco falada: dispositivos eletrônicos conectados à Internet apresentam vulnerabilidades que permitem acesso a informações. Assim, smartphones são os principais instrumentos de vigilância explorados por regimes autoritários para atingir ativistas de direitos humanos. Aplicativos como PhoneSpy e Pegasus são capazes de controlar um smartphone e acessar as informações de um celular de forma irrestrita. Ele alerta que não há no Brasil regulamentações sobre a venda ou transferência de softwares espiões. Essa falta de transparência no setor impede a responsabilização. A recomendação é que partidos e candidatos promovam medidas e mecanismos adequados para proteção legal e regulatória sobre este tema.

As eleições de 2022 acontecerão em um momento descrito por Caetano Veloso na música Anjos Tronchos, lançada em 2021. A letra afirma que nossa história está sendo contada em um “denso algoritmo” e sabemos que as que narram teorias da conspiração e provocam emoções como raiva e medo são mais impulsionadas nas redes. Nesse enredo, a música alerta sobre os “palhaços líderes que brotaram macabros”, mas conclui que também “há poemas como jamais” houve. E assim como essa mensagem de esperança, acreditamos que há caminhos para fortalecer a democracia, mesmo com as assimetrias de poder reforçadas pelo funcionamento das redes.

BOA LEITURA.

Annette von Schönfeld

Diretora do escritório da Fundação Heinrich Böll no Brasil

Manoela Vianna

Coordenadora de comunicação e de projetos na área de tecnopolítica da Fundação Heinrich Böll no Brasil



0 1 0 1 0 1 0 1 0
1 0
0 1 0
1 0 1 0 1 0 1
0 1 0 1 0 1
1 0
0 1 0 1 0 1 0 1 0
1 0
0 1 0

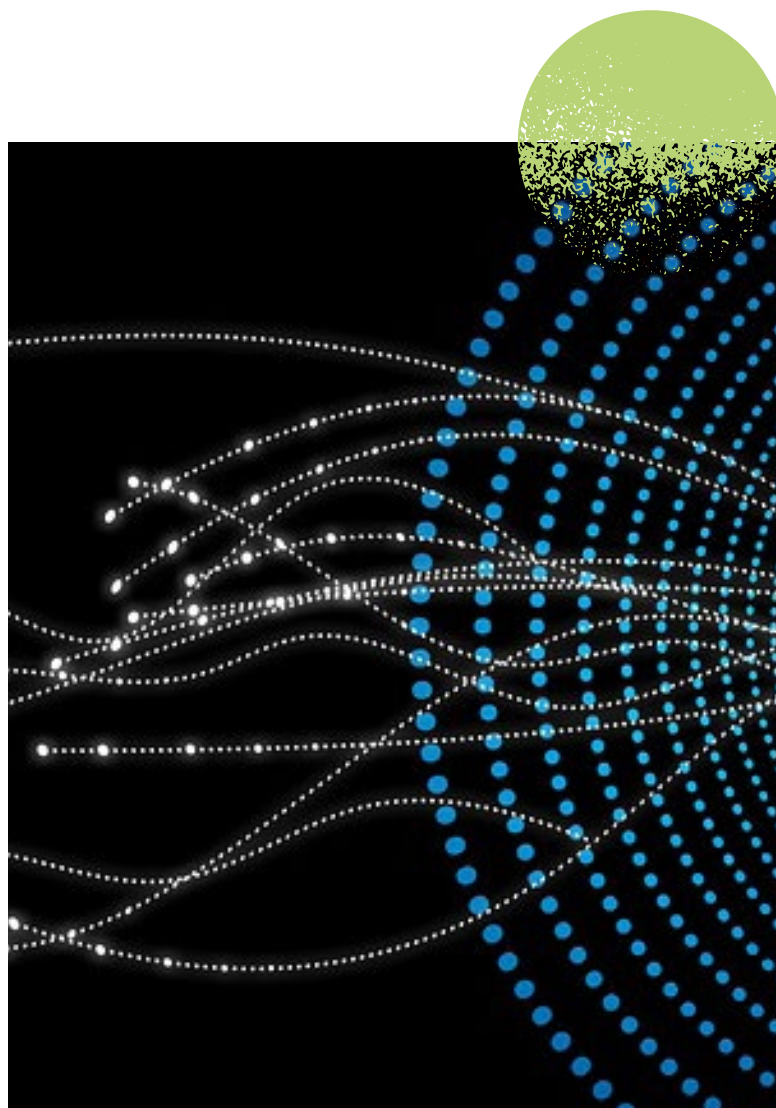
DADOS, ALGORÍTMOS, DESINFORMAÇÃO E OS RISCOS PARA A DEMOCRACIA

Sérgio Amadeu da Silveira

DADOS, ALGORÍTMOS, DESINFORMAÇÃO E OS RISCOS PARA A DEMOCRACIA



Sérgio Amadeu da Silveira



A economia digital se transformou em uma economia de dados. Segundo cálculos do Banco Mundial e projeções da Cisco Systems, em 2020, o tráfego global de dados na internet alcançou três zetabytes¹ ou três trilhões de gigabytes¹. Isso equivale a transferência de 100.000 gigabytes por segundo ou representa 325 milhões de lares assistindo vídeos na Netflix simultaneamente durante todo o ano.

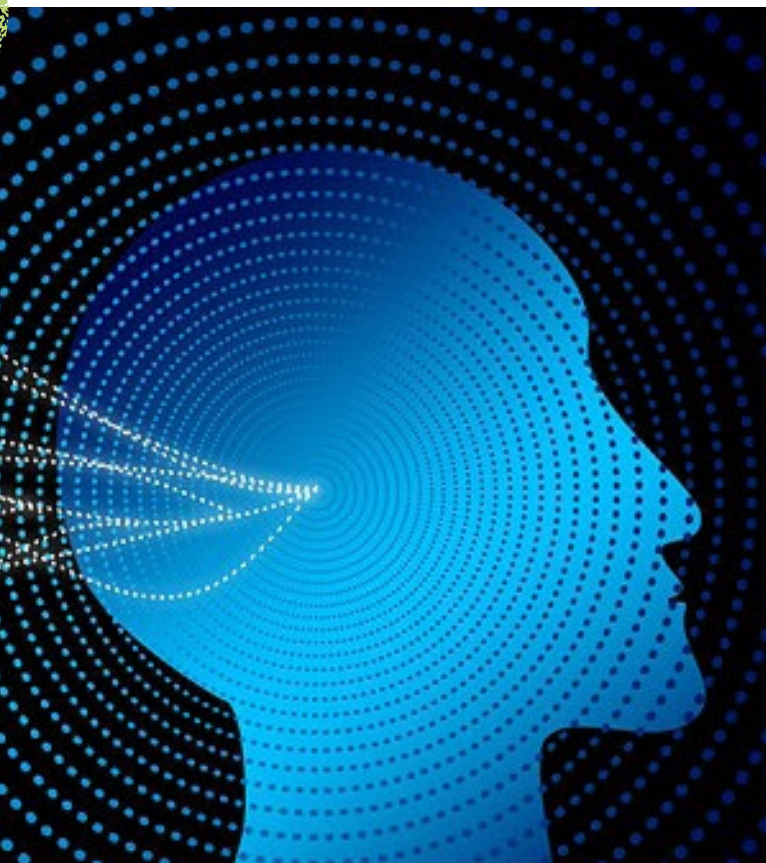


FOTO: GERD ALTMANN

Estamos vivendo uma profunda conversão do nosso cotidiano em um gigantesco fluxo de dados. Os dispositivos e sistemas de informação estão sendo desenvolvidos e organizados para a coleta permanente de dados com o objetivo de alimentar uma série de tecnologias de inteligência para automatizar atividades, extrair padrões de comportamento de pessoas e objetos, bem como, para realizar predições ou previsões.

Em 2018, o Banco Mundial publicou um relatório chamado *"Information and Communications for Development 2018: Data-Driven Development"*², nele alertou que o maior desafio estava em "extrair valor dos dados e colocá-los para funcionar - para empresas, governos e indivíduos". Informava ainda que "as empresas estariam dispostas a pagar quantias cada vez maiores por nossa atenção em sites de mídia social e para explorar os dados que produzimos".

O que aconteceu na primeira década do século XXI foi a consolidação de um modelo de negócios altamente lucrativo que se baseou na oferta de interfaces e serviços gratuitos³. Diante da crise de lucratividade em diversos setores do capitalismo, as empresas de tecnologia passaram a armazenar, processar e tratar dados pessoais para produzir perfis de seus usuários e organizá-los em amostras de comportamentos, gostos, interesses e até mesmo ideologias. O acesso a essas amostras era vendido para quem tivesse dinheiro para pagar. Assim, o marketing, a publicidade e as campanhas políticas foram atraídas para a segmentação e microsegmentação dos processos. Com isso, a modulação das atenções a partir do tratamento de dados se tornou a nova religião e a crença do mundo dos empreendimentos.

Para tratar essa quantidade crescente de dados são necessários sistemas algorítmicos e uma infraestrutura computacional descomunal. A gestão desses dados é realizada principalmente por algoritmos de inteligência artificial, mais especificamente os algoritmos de aprendizado de máquina e aprendizado profundo. Estes vão se tornando os principais gerentes e operadores de inúmeras atividades: os motores de busca do Google, os sistemas de recomendação do Youtube, a organização da timeline do Facebook e Instagram,

a alocação de veículos do Uber, os diversos sites de comércio eletrônico, a obtenção de informações de empresas e governos, entre outras tantas aplicações. Os arranjos empresariais que melhor se adaptam a essa intensa dataficação são as plataformas. Essas empresas organizam infraestruturas digitais e interfaces capazes de reunir a oferta e a demanda por um determinado produto ou serviço. A Uber é um exemplo de plataforma, pois reúne dados de quem precisa trabalhar oferecendo um veículo de transporte individual e daquelas pessoas que precisam contratar quem oferece um carro para sua locomoção pela cidade. A Uber não precisa ter um único carro, ela precisa ter dados da oferta e demanda por veículos, bem como, precisa gerenciar com velocidade os processos. Plataformas são empresas de dados que modulam as atenções e o comportamento dos ofertantes e demandantes de algum segmento do mercado ou atividade social.

A OPERAÇÃO DOS ALGORÍTMOS DAS PLATAFORMAS É INVISÍVEL PARA QUEM AS UTILIZA. TALVEZ ISSO NÃO SEJA CONSIDERADO UM GRANDE PROBLEMA NAS RELAÇÕES COMERCIAIS, MAS A OPACIDADE E A OFUSCAÇÃO SÃO INACEITÁVEIS PARA A DEMOCRACIA.

Isso porque os sistemas algorítmicos podem interferir e desvirtuar a simetria necessária à

distribuição de mensagens ou discursos entre as forças que disputam os rumos políticos das sociedades. A democracia não existe com base apenas na escolha dos governantes. Para sobreviver, a democracia deve assegurar condições equitativas ou simétricas entre aqueles que disputam a formação da opinião pública. Nas redes de relacionamento online não sabemos se os algoritmos estão beneficiando apenas o poder econômico, ou seja, aqueles que têm mais dinheiro para pagar o impulsionamento de seus conteúdos. Também não sabemos se os sistemas algoritmos reduzem ou bloqueiam a visualização de determinadas frases ou palavras, diminuindo o alcance de certos posicionamentos políticos, gerando uma censura não declarada, mas executada com precisão.

Uma pesquisa realizada com mais de 2 milhões de tweets em 7 países foi publicada em 2022 em um artigo denominado *"Algorithmic Amplification of Politics on Twitter"*⁴. Nela, em 6 dos 7 países foi constatado que o sistema algorítmico do Twitter recomendava ou amplificava mais mensagens de direita do que de esquerda em uma confirmação inequívoca de interferência indevida na formação da opinião pública. Na série investigativa realizada pelo The New York Times sobre o Facebook, foi verificado que apesar dos algoritmos da rede social buscarem detectar padrões de comportamento prejudicial para interrompê-los, o sistema chamado "XCheck", permitia que mais de 5 milhões de usuários VIPs pudessem publicar conteúdo sem restrições do processo normal de fiscalização do Facebook⁵. Esses dois exemplos, demonstram que as plataformas de relacionamento social online atuam sem transparência e com interferência inapropriada e injusta no espaço público digital.

Para agravar o cenário político atual, as chamadas forças políticas da extrema direita decidiram

romper com o debate racional baseado em fatos e substituí-lo pela disseminação de valores reacionários e contrários aos direitos sociais e à diversidade cultural, racial e de gênero. Assim, sua principal estratégia nas redes digitais tem sido a disseminação da desinformação e do discurso de ódio, bem como, ataques a um regime de verdade baseado na ciência e na interpretação de fatos. O objetivo dessas forças políticas é criar um caos informacional, uma névoa de confusão e de destruição dos parâmetros de realidade. Observa-se com clareza a emergência de mobilizações autoritárias que exploram a tendência de os algoritmos ampliarem os discursos espetaculares. Além disso, o Capital, sem limites, impulsiona o pagamento da desinformação nas redes sociais online.

A gestão algorítmica opaca e a modulação das atenções realizadas pelas plataformas precisam ser supervisionadas pelas instituições democráticas. A autorregulação dessas gigantescas estruturas digitais pelos seus donos, administradores ou pelos seus conselhos de acionistas não irá elevar as necessidades democráticas acima dos seus interesses lucrativos. Por isso, a regulação pública é a recomendada por ser mais transparente, mais diversificada e mais justa que a regulação privada. Ela é hoje indispensável para garantirmos a democracia diante dos ataques do neoliberalismo autoritário e do fascismo digital.

Um dos argumentos mais utilizados no Brasil pelos adeptos do atual presidente – defensor da ditadura militar, da tortura e da violência como solução de divergências na condução do país – é que a regulação das plataformas online representaria a censura. Curiosamente quem pratica a censura, reduz a visualização de conteúdos, bloqueia postagens de modo arbitrário são os algoritmos moderadores dessas plataformas. Quando o

bilionário Elon Musk anunciou a aquisição do Twitter, os grupos de extrema direita vibraram. Por quê? Os extremistas acreditam que Musk irá liberar o discurso de ódio sem restrições, rompendo acordos efetuados com a Justiça brasileira.

Não parece aceitável confundir a liberdade de expressão com a liberdade de fazer ameaças, agressões, de disseminar preconceitos misóginos, homofóbicos, transfóbicos ou um discurso racista. A liberdade de agressão e de imposição da voz do mais rico e do mais forte destrói a liberdade de expressão. O ideal democrático exige simetria, equivalência de direitos.

A regulação das plataformas pretende impedir que a aliança entre poder invisível executado pelos sistemas algoritmos aliado ao poder ilimitado dos detentores do Capital possa destruir a democracia. A regulação democrática deve ser realizada com a participação de diversos segmentos da sociedade civil e da comunidade tecnocientífica. O que se pretende é saber quais tipos de dados são coletados, como e com que finalidade são tratados, além de conhecer as finalidades das operações dos algoritmos e modelos que operam a gestão das plataformas.

Nos próximos meses, o país viverá uma turbulenta campanha eleitoral em que as plataformas digitais e os aplicativos de mensagem instantânea ocuparão uma posição decisiva. O que está em jogo é se a sociedade democrática conseguirá reorganizar sua força diante do fascismo e de sua violência discursiva e presencial. Para vencer as eleições, o fascismo brasileiro fará da desinformação sua arma estratégica. O papel da sociedade civil organizada, dos defensores dos direitos humanos, do meio ambiente, dos direitos sociais, dos movimentos feministas, pelos direitos LGBTQI+, da luta antirracista em defesa

da diversidade, dos coletivos tecnopolíticos, entre outros, será decisivo. Teremos que estar em estado de alerta para garantir que a democracia prevaleça diante de uma modulação algorítmica enviesada, das milícias digitais, dos produtores de desinformação que buscarão hegemonizar o país para impor um poder instrumentário que assolaria o respeito às diferenças. A democracia nunca dependeu tanto de uma cidadania ativa.

1. WORLD BANK. Crossing Borders. Disponível em: <https://wdr2021.worldbank.org/stories/crossing-borders/>

2. Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/30437>.

3. SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Inteligência artificial baseada em dados e as operações do capital. PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM, v. 5, n. 10, 2021. Disponível em: <https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/480>

4. HUSZÁR, Ferenc et al. Algorithmic amplification of politics on Twitter. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 119, n. 1, 2022.

5. THE NEW YORK TIMES. What Facebook Knows. Published Sept. 17, 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/09/17/business/dealbook/facebook-files-whistleblower.html>

Sergio Amadeu da Silveira

Sergio Amadeu da Silveira é professor associado da Universidade Federal do ABC - UFABC. Doutor em Ciência Política pela USP. Integrou o Comitê Gestor da Internet no Brasil. Presidiu o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, ITI. É membro do Conselho Científico da Associação Brasileira de Pesquisadores de Ciberultura, ABCiber. Bolsista produtividade do CNPq-2. Criador e apresentador do podcast Tecnopolítica. Autor de diversas publicações, entre elas: Exclusão Digital: a miséria na era da informação; Software Livre: a luta pela liberdade do conhecimento; Tudo sobre Tod@s: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais; Democracia e os Códigos Invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas; entre outros.



02

ARTIGO

A EMERGÊNCIA DA PROPAGANDA EM REDE E O BRASIL EM RISCO DEMOCRÁTICO

1 0 1 0
0 1 0
1 0 1 0
0 1 0 1 0

Francisco Brito Cruz

A EMERGÊNCIA DA PROPAGANDA EM REDE E O BRASIL EM RISCO DEMOCRÁTICO

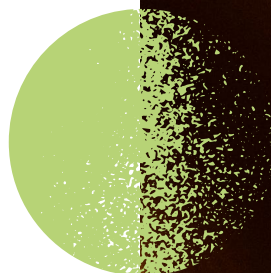


Foto: Bianca Moreira

Francisco Brito Cruz



Depois de 2018, poucos analistas seguiram perguntando quando seria a primeira “eleição da internet” no Brasil. Durante duas décadas de internet comercial no país essa era sempre uma pergunta feita na véspera dos pleitos, especialmente após as campanhas digitais de Barack Obama, nos Estados Unidos, na década de 2000. Assim, foi a eleição de um candidato a presidente sem os ativos típicos de vitoriosos apontados pela ciência política que escancarou transformações na forma como eleições são disputadas e vencidas.

O esforço por decifrar a eleição de Jair Bolsonaro e de sua teia de apoiadores em 2018 é cercado



CC BY-NC-SA 2.0



**JORNADAS DE JUNHO
- MANIFESTAÇÕES DE
2013, BRASILIA.**

FOTO: MÍDIA NINJA

de investigações e suposições sobre seu uso de plataformas de internet. Se os expoentes desse campo político não tinham acesso a recursos, mídias e máquinas tradicionais de campanha, as tecnologias digitais aparecem na base do seu desenvolvimento. A eleição da onda digital bolsonarista inovou em forma e conteúdo.

A forma de campanha digital que demonstrou força em 2018 foi a propaganda em rede. Pensar em propaganda em rede significa pensar a busca pelo voto a partir da construção de uma infraestrutura descentralizada de múltiplos componentes, de militantes a empresários, de rádios locais a grupos de WhatsApp. Os disparos em massa só frutificaram a partir de um construto com gente disposta a passar o conteúdo adiante,

num exemplo de inovação sociotécnica. Ao buscar parcerias com influenciadores, canais de podcast e a linguagem dos “reacts”, as campanhas de 2022 já devem ter entendido que construir essa infraestrutura é tão importante quanto os palanques estaduais ou o tempo de TV.

O ex-capitão e sua família são nós na rede assim como seus distantes apoiadores, mas guardam uma posição privilegiada. Têm o poder de sinalizar, energizar, disciplinar de maneira especial (lembrando que também recebem sinais e disciplina do restante de sua rede). Porém, nas dobradiças da forma e conteúdo são muitas vezes síntese da própria mensagem.

No conteúdo, a marca foi a miríade de ressentimento, violência e moralismo, temperado

nas cores nacionais. Ainda, como visto nos anos que se sucederam, o fortalecimento deste campo político também se construiu em contraposição ao formato centralizado dos meios de comunicação de massa, fomentando a desconfiança aos protocolos do jornalismo profissionalizado ou a outros intermediários especializados, como as universidades. O traço mais marcante da campanha que nunca terminou é o constante estado de “guerra” contra o pacto de 1988, incluindo seus sócios, suas instituições e os projetos populares que fermentaram neste ambiente constitucional. Assim, a “propaganda” em rede desse campo político não tem o mesmo significado de “propaganda” para os demais. Ela é “propaganda” num sentido menos corriqueiro e mais próximo do utilizado pelo filósofo Jacques Ellul quando este descreveu os militarescos esforços de técnicas psicológicas de influência na opinião pública das potências na Guerra Fria. Neste contexto, a comunicação é a arma dessa “guerra”. Para funcionar, segundo Ellul, a propaganda deve ser “total”.



Na rebelião contra o pacto de 1988, a infraestrutura de propaganda em rede não se desfez com a eleição de Jair Bolsonaro e de seu *front*. Para analistas, ela continuou a pulsar como campanha eleitoral. Entendendo de um outro jeito, ela continuou a bombear contra os seus inimigos, mas em outro contexto.

Passado o pleito, as linhas de frente de defesa da Nova República passaram a ser ocupadas por instituições, seus prepostos e pela sociedade civil. Assim, a partir de 2019, a rede de propaganda total investiu contra eles, tratando de travar as batalhas comunicacionais contra seus inimigos usuais na cultura e em causas sociais, fundamentais para

recrutar mais ressentidos e energizar diferentes elementos de sua coalizão, como os de matiz religiosa ou moral.

Ao ocuparem posições chave no arranjo de poder construído pelo pacto atacado, as cúpulas de poderes que rivalizavam com o Executivo rebelde emergiram como potenciais inimigos. Nos dois primeiros anos, os presidentes da Câmara e do Senado revezaram-se no lugar de alvos preferidos; durante os quatro, ministros do Supremo Tribunal Federal estiveram frequentemente na mira. Começava a ficar cristalino que a normalidade institucional estava ameaçada, ao menos na aparência, a partir de ameaças e incitações praticadas e fustigadas pela extrema direita. Chegavam nos trending topics e nas caixas de mensagens, memes, piadas, ameaças de morte e ataques a familiares. Umas legítimas, outras periclitantes.

A reação institucional à rebelião informacional viria num esforço múltiplo. Por um lado, a já atacada imprensa profissional não descansou em enquadrar os antidemocráticos, destinando-lhes tanto vexame quanto oxigênio. Por outro, as instituições procuraram nas suas competências armas para o enfrentamento: os inquéritos e o projeto de lei “das fake news”.

No plano judicial, os heterodoxos inquéritos “de fake news”, “milícias digitais” ou “atos antidemocráticos” foram a principal trincheira, um tratamento de choque na infraestrutura de propaganda em rede do bolsonarismo. Como cirurgias invasivas no Estado Democrático de Direito, foram remédio amargo e debilitante para as liberdades civis. Seus problemas procedimentais e de origem expuseram o Supremo como ponta-de-lança desgarnecido e por vezes contraditório. Entre as principais causas do movimento arriscado está a omissão celerada do Procurador Geral da República, que declinou de seus

deveres de fiscal de atividade criminosa em face das instituições democráticas.

Em ritos acelerados em meio à pandemia, a liderança do Congresso também reagiu. Primeiro, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, depois, o início a mais ambiciosa empreitada de regulação da internet no Brasil desde o Marco Civil da Internet. Na combinação de forças entre o establishment atacado e a esquerda derrotada em 2018 nasce o PL “das Fake News”. A crença era que regulando de múltiplas formas os intermediários digitais da propaganda em rede seria possível reduzir o poder de fogo da propaganda, em especial nas suas faces fraudulenta, como no uso de robôs. A versão aprovada a jato pelo Senado trazia a vigilância como método, em especial na proposta de retenção de registros sobre todas as mensagens trocadas no WhatsApp no país.

Entretanto, os fatos que sucederam abriram brechas de disputa neste processo legislativo. Seu caráter hermético e a difícil avaliação de pertinência e risco de suas soluções chamou à baila uma série de organizações da sociedade civil, muitas delas concentradas na Coalizão Direitos na Rede. Ainda, as oportunidades para criar embates econômicos com os gigantes da internet também invocou a atenção de grandes conglomerados de mídia e agências de publicidade. A partir do esforço de todos os interessados, o projeto de lei avançou para abarcar propostas consensuais e polêmicas. Positivamente, avança na crucial transparência das plataformas e cria obrigações para agentes públicos que as utilizam; perigosamente, blinda parlamentares que descumprirem os termos de uso dessas empresas e traz o debate sobre remuneração de conteúdo jornalístico na internet de modo simplista.

As grandes plataformas apostaram na mudança de liderança na Câmara para engavetar o processo,

mas não obtiveram sucesso. Em 2021 e 2022, saíram em agonia para amainar os trechos que mais inviabilizaram seus modelos de negócio. Tiveram êxito quando seus interesses eventualmente coincidiram com o contraste entre a desarticulação da esquerda e do centro e a articulação do Executivo na matéria.



Esta aliança, no entanto, foi eventual. Seis meses antes de uma vitória conjunta contra o PL das Fake News no plenário da Câmara, Bolsonaro e as plataformas de internet se enfrentaram nas vésperas do conflagrado 7 de setembro de 2021. Na véspera do feriado repleto de manifestações golpistas, o presidente editou uma Medida Provisória para limitar os poderes das empresas em moderar conteúdos de seus usuários. Para retirar qualquer conteúdo seria necessária uma “justa causa” definida em lista governamental, o que causou imediata revolta por impedir a imediata remoção de conteúdos como a desinformação sobre a vacina da Covid-19. Nesse momento, as plataformas e a sociedade civil correram juntas ao Supremo e ao Congresso para atacar a proposta, culminando em um duplo não à iniciativa de Bolsonaro, vindo dessas duas instituições.

O caso evidenciou a centralidade que as plataformas de internet, a arquitetura de seus produtos e suas atividades de moderação de conteúdo têm nesse cenário de disputa aguerrida. Por arquitetura de produtos entende-se como que cada serviço de mídia social é organizado em termos de design e de aplicação de espaços para interação de usuários e automatização. Já a moderação de conteúdo é a elaboração e aplicação de regras privadas sobre o que é produzido por usuários. Assim, mudanças na

arquitetura (como o aumento de limite de membros em grupos no WhatsApp) ou na moderação de conteúdo (como a limitação de remoção de conteúdo emitido por algum grupo político) são objetos de discórdia entre vários lados dessa história.

Do ponto de vista do campo bolsonarista, busca-se a expansão das capacidades de distribuição de sua propaganda que, por muitas vezes, caminha pelas raias do discurso violento e desinformativo, este frequentemente em conflito com a moderação realizada pelas plataformas. De outro lado, a sociedade civil preocupa-se com a defesa dos direitos de usuários das redes de se informar sobre decisões que impactam sua expressão, bem como na expansão da transparência sobre como os serviços e regras privadas podem impactar direitos humanos. E não é só isso; outros grupos políticos pressionam as plataformas continuamente por uma série de questões (como mais ou menos remoção neste ou naquele ponto).

Ao se tornar um projeto de lei de regulação de plataformas de internet, o PL “das fake news” passou a abrigar esse grande fogo cruzado, contemplando

duas camadas que operam por lógicas diferentes. Uma delas a da guerra da propaganda política, que vê nessa e em outras frentes regulatórias uma ameaça ou uma oportunidade para o controle do campo inimigo ou a diminuição de restrições sobre si. Outra, a camada da discussão sobre uma regulação que promova direitos, discutindo a legitimidade e o poder de enormes empresas movidas a conteúdo gerado por terceiros que a todo dia impactam direitos e princípios fundamentais. O que atores deste jogo defendem podem ter justificativas diferentes em cada camada - ou simplesmente ter a ver com apenas uma delas.

Por fim, entre as inúmeras questões sistêmicas e individuais no funcionamento global e industrial desses sistemas, um se sobressai no caso brasileiro ao atravessar ambas as camadas ao mesmo tempo. Qual será a reação da política democrática à tutela jurídica e ao jogo de interesses econômicos que estão envolvidos no tratamento de uma poderosa infraestrutura multiplataforma de propaganda antidemocrática em rede que caminha para deslegitimar a higidez do processo eleitoral no Brasil?

Francisco Brito Cruz

É advogado, mestre e doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Foi pesquisador visitante no Center for Study of Law and Society, da Universidade da Califórnia — Berkeley (2013). Foi membro da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção de São Paulo (2019- 2020).

Fundou e coordenou o Núcleo de Direito, Internet e Sociedade da Universidade de São Paulo (NDIS-USP, 2012-2014, 2016-2019). Francisco é também coautor das obras “Sobrevivendo nas redes: Guia do Cidadão” (Moderna, 2018), “Direito Eleitoral na Era Digital” (Letramento, 2019) e “A Internet no banco dos réus” (IASP, 2017), e autor do livro “Novo jogo, velhas regras” (Letramento, 2020).



03

ARTIGO

A COMPLEXA TAREFA DE ENTENDER, COMBATER E LEGISLAR SOBRE DESINFORMAÇÃO EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE

Gilberto Scofield Jr.

1 0 1 0
0 1 0
1 0 1 0
0 1 0 1 0

A COMPLEXA TAREFA DE ENTENDER, COMBATER E LEGISLAR SOBRE DESINFORMAÇÃO EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE



Gilberto Scofield Jr.

Em 2016, o Oxford Dictionaries, departamento da Universidade de Oxford que publica dicionários, escolheu a palavra **pós-verdade** como a palavra do ano. E a definiu: “Circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal”. A palavra já tinha sido usada antes, com registros desde pelo menos 1992. Mas pela primeira vez, a pós-verdade assumiu o protagonismo como fenômeno de uma era quando importa mais vencer o debate do que chegar à verdade dos fatos. E isso não deixava de marcar um novo paradigma na História das sociedades. Desde há pelo menos 25 séculos, pensadores, filósofos e cientistas se ocupam de questões fundamentais para um melhor entendimento do mundo e dos homens. Todos os esforços, ao longo de todo esse tempo, se concentram em prover o homem de instrumentos que possam ser usados para que ele chegue o mais próximo possível da verdade¹. Nunca foi uma trajetória fácil e desde sempre, ao menos



FOTO: JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

sob os olhos da filosofia e da ciência, a tarefa foi acompanhada por escolas e pensamentos que buscaram trazer este exercício para o centro do debate, partindo do princípio de que o conhecimento e a própria filosofia são orientados por um valor máximo: a verdade².

Quando os estudiosos da internet começaram a dissecar o tema e seus impactos na sociedade, ainda no fim do século passado - pesquisadores como o espanhol Manuel Castells, o francês Pierre Lévy ou o norte-americano Henry Jenkins - havia certo otimismo a respeito do conhecimento compartilhado com o qual a realidade digital acenava. Falava-se em “sociedade em rede”³, em “inteligência coletiva”⁴, em “cultura da conexão” e “cultura da convergência”⁵, todos com o viés de compartilhamento de saberes em torno de um conceito de bem comum e de verdade comum. A produção do conhecimento seria experimentada de baixo para cima e não estabelecida de cima para baixo, como historicamente as regras de poder

são produzidas pelas sociedades a partir de elites privilegiadas.

A partir da primeira década do novo milênio, com o advento das plataformas de mídias sociais e dos algoritmos como mediadores de relacionamento/atenção e produtores de conhecimento em inteligência artificial, tudo mudou⁶. O processo de consumo de conteúdo e da economia da atenção ganhou um peso especial, num cenário onde qualquer pessoa pode ser, ela própria, uma mídia⁷. O modelo de negócios criado para determinar personas e entregar a elas conteúdos customizados baseados em suas preferências por objetos de consumo, como sapatos ou livros, passaram a ser alvos de conteúdos ideológicos e políticos, acirrando um fenômeno de polarização e criação de bolhas que parece de difícil desarme. E como a ideia é vencer o debate e não chegar à verdade, está pronto o ambiente ideal para a proliferação da desinformação como estratégia política e, conseqüentemente, como indústria que movimenta milhões pelo planeta⁸.

Não é tarefa fácil definir e conceituar o fenômeno, mas a Psicologia e a Comunicação vêm se debruçando sobre a pergunta: Por que as pessoas acreditam naquilo que querem acreditar mesmo sendo mentira? A indústria da desinformação utiliza várias dessas respostas como armas. Uma delas: as pessoas costumam consumir conteúdos de (des) informação tanto por razões emocionais - e até mais movidas pela emoção - quanto racionais⁹. Há também o fenômeno psicológico conhecido como viés de confirmação, que se refere à tendência de muitos de tomar como verdadeira uma informação que confirma uma crença ou opinião preexistentes. Ou seja, se aquele conteúdo vai de encontro a algo que eu penso que pode ser verdade, eu tenho mais possibilidade de considerá-lo verdadeiro, ainda que ele não seja. Outros pontos são: falta de pensamento crítico sobre o que é recebido; impaciência ou falta de atenção sobre o conteúdo; preguiça em fazer reflexões sobre os assuntos (o que leva a pessoa a preferir soluções simples para problemas complexos) e o popular “efeito ilusório de verdade”, que se refere ao fenômeno em que quanto mais somos expostos a certas informações, maior a probabilidade de acreditarmos nelas¹⁰.

A jornalista Michiko Kakutani, ex-crítica literária do jornal “The New York Times” por quatro décadas, define assim a razão pela qual as pessoas aceitam rapidamente informações que sustentam suas crenças e rejeitam aquelas que a contestam¹¹: “As primeiras impressões são difíceis de serem descartadas, porque há um instinto primitivo de defender o próprio território e porque as pessoas tendem a produzir respostas emocionais em vez de intelectuais ao serem questionadas e são avessas a examinar cuidadosamente as evidências”. O autor e professor de direito Cass Sunstein observou em “A era do radicalismo” que dinâmicas de grupo apenas enfatizam essas tendências: “o isolamento está relacionado com frequência a uma fonte de

informação limitada (e geralmente informação que reforça visões preexistentes) e um desejo de aprovação por seus pares”.

É nesse caldo de complexidades que nasce o *fact-checking* e ganha impulso a educação midiática e digital como conhecemos hoje. Não são práticas novas. A primeira fazia parte do processo de produção da reportagem, mas caiu por terra com o encolhimento das redações provocado justamente pela digitalização da mídia, em fins do século passado, e a necessidade de publicação imediata de conteúdos, o que precarizou a cadeia de produção. A segunda surgiu como conceito na esteira da popularização do rádio, da TV e do cinema ainda na década de 60 do século XX, com o apoio da UNESCO, e buscava alertar as pessoas diante do que se acreditava ser “manipulações políticas” decorrentes do consumo sem questionamentos dessas mídias¹².

A necessidade e relevância de tais práticas só cresceram com o fenômeno da internet, a emergência das redes sociais e a epidemia de desinformação que assolou o planeta no século XXI, tanto que, em 2009, a plataforma de checagem de fatos americana PolitFact ganhou o Pulitzer, o maior prêmio de jornalismo dos EUA. Em 2015, nasce a International Fact-Checking Network (IFCN), a rede mundial de checadores de fatos que hoje reúne mais de 100 plataformas de checagem do mundo inteiro em torno do desafio de trazer a verdade para o centro do debate público novamente e, com isso, resgatar os esforços que deram o tom do desenvolvimento científico e do conhecimento humano desde sempre. A rede possui um código de princípios ao qual todos os membros precisam aderir se quiserem fazer parte da organização. Este código compreende uma série de compromissos que as plataformas cumprem para promover a excelência na verificação de fatos dentro do espírito

AFINAL, ATÉ AGORA, AS SAÍDAS SUGERIDAS NO PL DAS FAKE NEWS SEGUEM A LÓGICA DE COMO AS PESSOAS BUSCAM SOLUÇÕES PARA AS GRANDES QUESTÕES QUE AS AFLIGEM: NA BASE DAS RESPOSTAS SÍMPLES PARA PROBLEMAS COMPLEXOS, UMA PRÁTICA QUE, COMO VEM SENDO COMPROVADA POR PESQUISADORES E ESTUDIOSOS DA DESINFORMAÇÃO, TEM POUQUÍSSIMA CHANCE DE DAR CERTO.

de que a transparência e o apartidarismo são instrumentos poderosos do jornalismo de prestação de contas. Estes parâmetros garantem que os checadores possam ser auditados duas vezes: pela IFCN e pelo próprio leitor.

No mesmo ano, algumas das principais plataformas de checagem do Brasil ganharam vida, como a **Lupa**, que é hoje a única no país a atuar em duas frentes regulares de combate à desinformação: jornalismo, com ações de produção de conteúdo baseado em verificação de fatos, e educação midiática e digital, baseada em projetos de educação para o desenvolvimento do pensamento crítico e entendimento do conteúdo

de mídia, das redes sociais e da internet. Mas o desafio é gigante, não apenas no Brasil, mas em outros países que enfrentam governos que menosprezam a verdade evidenciada dos fatos e apostam em narrativas manipuladas ou estratégias de desinformação, como foi o EUA na era Trump ou são a Turquia de Recep Erdogan, a Rússia de Vladimir Putin, a Hungria de Viktor Orbán ou a China de Xi Jinping - para não se acusar o autoritarismo populista desinformativo e manipulador de direita ou esquerda.

No Brasil, o dilema ganha contornos ainda mais tensos quando se observa no Congresso Nacional uma tentativa de legislar sobre o tema desinformação menos com a preocupação de se minimizar o estrago da prática e mais com a tentativa de classificar tudo que circula a meu respeito - no caso, dos congressistas - como “notícia falsa” e tudo que circula a respeito dos outros como “liberdade de expressão”. O projeto de lei nº 2.630/2020, mais conhecido como o “PL das Fake News”, encontra-se hoje parado na Câmara dos Deputados, tem 42 artigos, ganhou o pretensioso nome de “Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet” e apesar de consumir anos de discussão com o nobre objetivo de diminuir a disseminação de notícias falsas e aumentar as punições aos seus responsáveis, conseguiu a façanha de ser criticado por praticamente todos os envolvidos. Governistas acham que o texto pode tirar do ar conteúdos desinformativos criados e compartilhados pelo próprio presidente da República e seus apoiadores. A oposição teme que o projeto acabe servindo para que o conceito seja manipulado para que críticas ao governo sejam censuradas. Organizações da sociedade civil têm medo que a definição de desinformação seja tão enfraquecida a ponto de qualquer discurso ter que ser tolerado em nome da liberdade de expressão, incluindo os mais

intolerantes ou de ódio. As plataformas de redes sociais não querem uma legislação que, de alguma forma, se intrometa em seus modelos de negócio. Corporações desejam entender o que poderão fazer com dados coletados de consumidores e que, ao fim e ao cabo, determinam marketing e outras políticas de produção e vendas. Associações de consumidores entendem que possuem direito aos seus dados pessoais diante de plataformas que os usam em seus modelos de monetização e que isso pode estar em jogo.

No meio dessas discussões, hubs de combate à desinformação como a **Lupa**, que estuda e trabalha tanto o conteúdo jornalístico da

checagem dos fatos quanto o educacional midiático e digital, temem uma lei perdida em conceitos pouco claros (porque o tema ainda é de difícil definição), decisões nada transparentes (a tia ou tio do WhatsApp vão para a cadeia tanto quanto disseminadores profissionais de desinformação?) e medidas muito punitivas e pouco educativas. Afinal, até agora, as saídas sugeridas no PL das Fake News seguem a lógica de como as pessoas buscam soluções para as grandes questões que as afligem: na base das respostas simples para problemas complexos, uma prática que, como vem sendo comprovada por pesquisadores e estudiosos da desinformação, tem pouquíssima chance de dar certo.

1. RÉGO, Ana Regina; BARBOSA, Marialva. A construção intencional da ignorância: o mercado das informações falsas. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2020.

2. CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2011.

3. CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede – A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Vol.1. São Paulo: Paz e Terra, 2009. Ver também: CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

4. LEVY, Pierre. A inteligência coletiva. São Paulo: Ed. Folha de S. Paulo, 2014.

5. JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2009. Ver também: JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. Cultura da conexão: criando valor e significado através da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

6. EMPOLI, Giuliano Da. Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio, 2019.

7. MIZUKANI, Pedro et al. Mapeamento da mídia digital no Brasil. Rio de Janeiro: Edição FGV.

8. D'ANCONA, Matthew. Pós-verdade: a nova guerra dos fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.

9. GRAVES, Lucas. Deciding what's true: the rise of political fact-checking in American Journalism. New York: Columbia University Press, 2016.

10. MATLIN, Margaret W. Psicologia cognitiva. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2004.

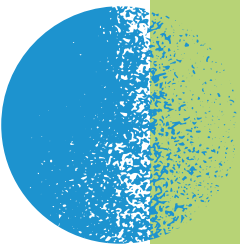
11. KAKUTANI, Michiko. A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

12. GRIZZLE, A. et al. Media and information literacy curriculum for teachers. New York: UNESCO, 2011.

PL DAS FAKENEWS

O PL 2630/2020 é uma proposta legislativa que pretende regulamentar o uso de plataformas de mídias sociais. O Projeto visa a criação de medidas de combate à disseminação de conteúdos falsos nas redes sociais e nos serviços de mensagens privadas, mas vem gerando receios de manipulação, censura e do esvaziamento dos conceitos de desinformação e liberdade de expressão, gerando uma maior abertura para discursos de ódio.

Atualmente, o texto-base do Projeto foi aprovado pelo Senado, com 44 votos a favor, 32 contra e 2 abstenções. O PL segue ainda para votação na Câmara dos Deputados.



GILBERTO SCOFIELD JR.

É jornalista e atualmente trabalha na Lupa, o maior hub de combate à desinformação do Brasil. Foi gerente de comunicação e marketing da ANCINE, diretor da multinacional de RP Máquina, Cohn & Wolfe e consultor de comunicação da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, em Brasília. Foi editor do jornal O Globo, após ter passado cinco anos como correspondente estrangeiro em Pequim, na China e dois anos como correspondente em Washington, nos EUA retornando ao Brasil em 2010. Escreveu para Revista Exame, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, Revista Época e Globo Online. É autor dos livros “Pós-verdade e Fake News: reflexões sobre a guerra de narrativas” (Cobogó, 2019), coletânea de artigos sobre desinformação, e “Um brasileiro na China” (Ediouro, 2007).



0 1 0 1 0 1 0 1 0
1 0
0 1 0
1 0 1 0 1 0 1
0 1 0 1 0 1
1 0
0 1 0 1 0 1 0 1 0
1 0
0 1 0

04

ARTIGO

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO É AMEAÇA À DEMOCRACIA

Instituto AzMina

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO É AMEAÇA À DEMOCRACIA



Dados e análises confirmam que não é possível melhorar a representação feminina na política sem condições para que elas disputem as eleições e permaneçam em seus cargos com segurança e liberdade - sem temer por suas vidas. Para termos mais vereadoras, prefeitas, deputadas, senadoras e governadoras, precisamos acabar com a violência de gênero contra candidatas.

Não se espera que alguém aceite um convite para uma experiência que sabe que lhe será dolorosa. Mas quando pedimos para que mais mulheres ocupem espaços de poder na política, é justamente isso que lhe oferecemos: uma experiência não só perigosa, mas violenta. E é esse um dos principais entraves para que mais mulheres escolham concorrer a cargos políticos - elas temem por sua segurança dentro e fora das redes sociais, e pelos ataques que sabem que sofrerão não só

AZMina Instituto



CC BY 2.0



**COMISSÃO
PERMANENTE MISTA
DE COMBATE À
VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER**

FOTO: JANE DE ARAÚJO/
AGÊNCIA SENADO

de oponentes, mas também de colegas dentro do próprio partido. Xingamentos, ameaças, subfinanciamento, tudo isso tem nome: violência política de gênero.

Pedir por mais mulheres na política é imperativo para aqueles que esperam que os temas relativos a gênero sejam discutidos em espaços de decisão, como o Congresso, e de maneira favorável. Apesar de serem apenas 15% dos parlamentares brasileiros, na Câmara e no Senado é a bancada feminina quem mais pauta os direitos das mulheres. Segundo dados do Elas no Congresso, da Revista AzMina¹, 82% das mulheres parlamentares eleitas em 2018 apresentaram projetos de lei sobre gênero, enquanto apenas 46% dos homens parlamentares fizeram o mesmo. E não se trata apenas da produção legislativa quantitativa, mas qualitativa também: enquanto 69% dos projetos desfavoráveis criados desde 2019 têm

autores ou coautores homens, apenas 33% deles têm autoria ou coautoria de mulheres.

É de se imaginar como o debate sobre gênero cresceria em quantidade e qualidade se houvesse mais mulheres nas cadeiras do Legislativo brasileiro. Mas as garantias de que elas chegarão até seus assentos de maneira segura são muito falhas. A fiscalização do cumprimento das cotas de gênero de candidaturas e financiamento é um exemplo disso. Ainda que garantidas em lei, o descumprimento da legislação é, muitas vezes, descoberto somente após as eleições, quando se há pouco ou quase nada a se fazer. A punição aos infratores ainda não está sedimentada, e em 2021 a PEC 18² abriu brecha para que partidos fossem anistiados.

O resultado, como já denunciado há tempos pela imprensa, são as candidaturas-laranja, criadas

apenas para falsear números. Mulheres que grande parte das vezes gostariam, sim, de serem candidatas, mas que sofrem violência política de gênero ao não receberem para isso o financiamento adequado. Os dados não mentem: embora tenham sido 34% das candidaturas nas eleições municipais de 2020, as mulheres receberam apenas 28% dos recursos destinados pelos partidos. A conta não fecha. A legislação determina que os partidos lancem pelo menos 30% de candidatas e que os recursos do Fundo Eleitoral repassados a elas devem seguir a mesma proporção. Mas em 2020, 22 dos 32 partidos do país repassaram menos recursos do que deviam para as candidatas.³

Além dos obstáculos ao tentar viabilizar recursos para suas candidaturas, essas mulheres também precisam encarar a fúria daqueles que não aceitam que elas ocupem espaços de poder e decisão. Aqueles que duvidam da sua capacidade não no que diz respeito à política, mas porque elas são mães, filhas, esposas - deveriam estar cuidando de alguém, não fazendo campanha. Se são jovens, são inexperientes, se têm mais idade, estão velhas demais. Se são solteiras, são fracassadas; se têm um companheiro, são responsáveis por qualquer má conduta dele. Se são negras, são vitimistas. Se são LGBTQIA+, transsexuais ou travestis, nunca deveriam estar ocupando aquele lugar.

Em 2020, a Revista AzMina e o InternetLab monitoraram 175 candidaturas, em sua maioria de mulheres, de diferentes regiões do Brasil no Twitter, YouTube, Instagram e Facebook⁴. Com o MonitorA, coletamos postagens, comentários de usuários, e outras interações e desenvolvemos dicionários de palavras e termos frequentemente usados em discursos de ódio sexistas nas redes, de acordo com o perfil das candidatas monitoradas. No primeiro turno, descobrimos que um grupo

de 123 candidatas recebia mais de 40 xingamentos por dia só no Twitter.⁵

Os termos ofensivos identificados foram classificados dentro de categorias predominantes, levando em conta o contexto em que estavam inseridos: discursos sobre os atributos físicos das candidatas (como roupas que usavam nas fotos, corte de cabelo ou aparência), assédio moral, sexual e intelectual, descrédito, gordofobia, transfobia, racismo. Além de serem atacadas por serem mulheres, a violência política era sexista em seus xingamentos e no contexto em que esses ataques são feitos.

No segundo turno, os ataques se estenderam também a outras mulheres, figuras públicas que não estavam concorrendo a cargos políticos, mas que apoiavam publicamente outras mulheres⁶. Ao declarar publicamente seu apoio à Manuela D'Ávila (PCdoB) - a candidata mais atacada nas redes sociais em 2020 -, a ex-ministra do Meio Ambiente,

**NÃO SE ESPERA QUE ALGUÉM
ACEITE UM CONVITE PARA
UMA EXPERIÊNCIA QUE SABE
QUE LHE SERÁ DOLOROSA.
MAS QUANDO PEDIMOS
PARA QUE MAIS MULHERES
OCUPEM ESPAÇOS DE PODER
NA POLÍTICA, É JUSTAMENTE
ISSO QUE LHE OFERECEMOS:
UMA EXPERIÊNCIA NÃO SÓ
PERIGOSA, MAS VIOLENTA.**

Marina Silva (REDE), recebeu, em dois dias, ao menos 150 comentários ofensivos, uma média de três tuítes com xingamento por hora. Foi chamada de “velha” com termos pejorativos como “múmia” e “tartaruga”, e também de “feia” e “hipócrita”. Com a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) não foi diferente.

O tratamento misógino ficou ainda mais claro quando analisamos os ataques direcionados a um grupo de homens candidatos no segundo turno⁷. A análise de discurso mostrou que enquanto as mulheres se tornam alvos de ataques pelo que supostamente são – características físicas, intelectuais, morais -, os homens são ofendidos pelo que fazem, seja por trabalhos que já realizaram ou por posicionamentos que adotaram - com exceção de idosos e LGBTQIA+, que também foram alvo de ódio e agressões por essas características.

Também entendemos que essa experiência violenta tem um recorte não só de gênero e raça, mas também de território. Na Bahia, as candidatas negras eram os principais alvos⁸. Em Minas Gerais, os ataques giravam em torno de temas como maternidade, idade e sexualidade⁹. Duvidar da capacidade de uma mulher que é mãe ou que está acima de uma certa idade também é violência. Os homens mais velhos são experientes, as mulheres são ultrapassadas. No Pará, a violência ultrapassava as redes, com registros de tiros e agressões físicas¹⁰.

Até então, a violência política de gênero não era um crime por si só. Ataques como esses poderiam ser enquadrados em outros tipos penais, como calúnia ou difamação. Mas o debate sobre o tema se deu em vozes tão altas, principalmente após o assassinato da vereadora Marielle Franco¹¹, em 2018, que o Congresso Nacional finalmente se debruçou sobre o tema em 2020. Até então

só havia cinco projetos de lei que tramitavam esquecidos no legislativo.

Depois do debate na Câmara e no Senado, foi promulgada em agosto de 2021 a lei 14.192/2021¹², que altera o Código Eleitoral, a Lei dos Partidos Políticos e a Lei das Eleições. Entre outras reformas, a lei adiciona um tipo penal ao código: “assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo”.

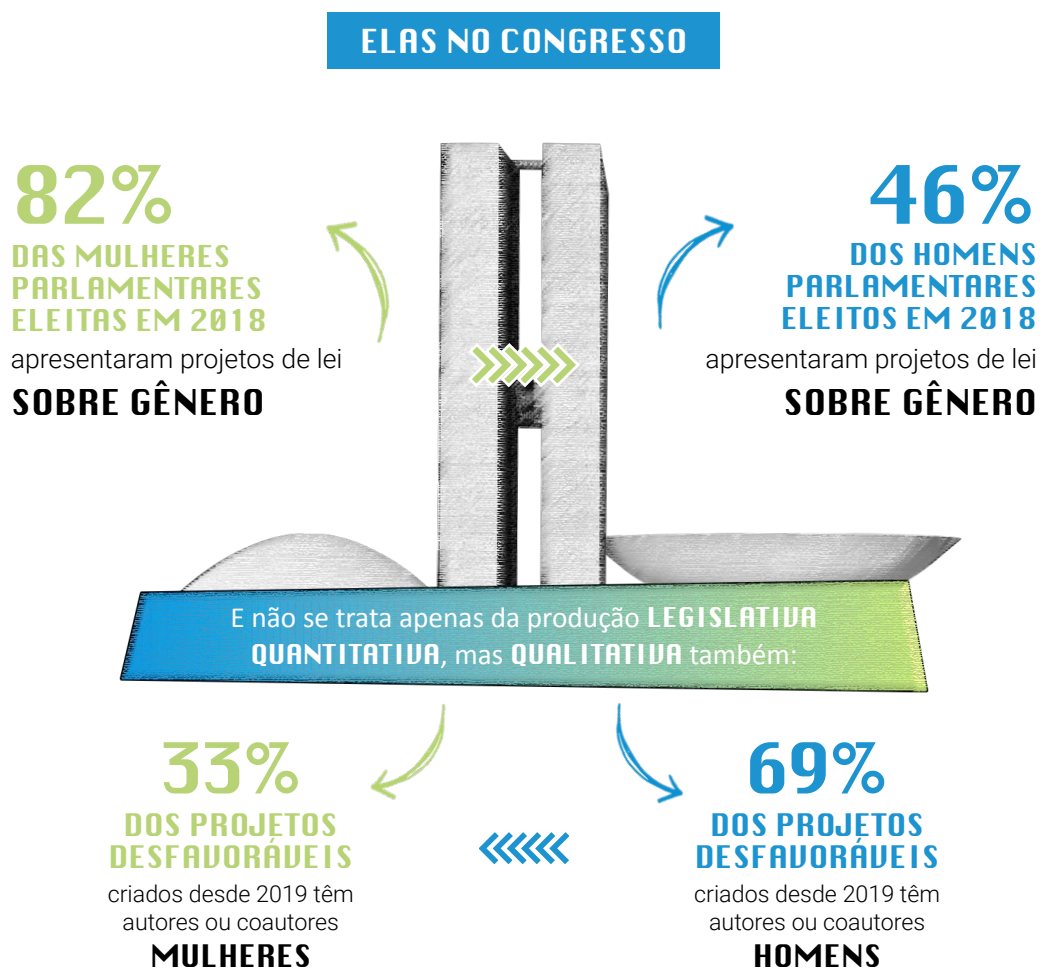
A lei também veda propaganda eleitoral que “deprecie a condição de mulher ou estimule sua discriminação em razão do sexo feminino, ou em relação à sua cor, raça ou etnia”, e altera o tipo penal de divulgação de fatos que sabe inverídicos, que passa a ser aplicável não apenas em propaganda eleitoral, mas também durante o período de campanha eleitoral, entre outras modificações a esse crime eleitoral.

Há, é claro, lacunas. O texto não elenca as condutas catalogadas como práticas violentas comuns contra o exercício político das mulheres e não prevê sanções administrativas que poderiam colaborar no combate de práticas violentas. Além disso, não menciona o termo “gênero”, o que enfraquece a proteção de mulheres transsexuais. Mas é, sem dúvidas, um avanço frente à difícil campanha eleitoral que enfrentaremos em 2022, da qual esperamos que saiam mais mulheres eleitas. Por muito tempo, conversamos com mulheres que estavam na política e duvidavam do tamanho do problema que sabiam que enfrentavam. Elas tinham consciência de que eram atacadas, mas enfrentavam o estereótipo do vitimismo toda vez

que tentavam denunciar o problema. Escutavam que deveriam ser fortes, parar de choramingar, ou não estariam prontas para a política. Se sentiam sozinhas porque não sabiam que o problema tem nome: violência política de gênero.

Mas o que as narrações das experiências dessas mulheres deixam claro, e o que os dados e análises confirmam, é que não é possível melhorar a representação feminina na política sem condições para que elas disputem as eleições e permaneçam em seus cargos com segurança e liberdade - sem temer por suas vidas. Para termos mais vereadoras, prefeitas, deputadas, senadoras, governadoras e presidentas, precisamos acabar com a violência de gênero contra candidatas.

Para isso, precisamos de aliados nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos partidos políticos, nas organizações da sociedade civil, e nas plataformas de redes sociais¹³. É importante que em período eleitoral as plataformas priorizem a verificação de violências cometidas contra mulheres e outros grupos minorizados politicamente, facilitando a denúncia, melhorando o grau de resposta, tornando transparente as ações tomadas e suas justificações. Assim como é necessário esforço coordenado entre as autoridades de investigação e acusação para lidar com a violência política de gênero online ou offline. As ações devem ser plurais. Porque com a violência política de gênero, quem perde é a democracia. E aí perdemos todos.



Fonte: Revista AzMina

1. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/propostas-desfavoraveis-as-mulheres-podem-ganhar-apoio-no-congresso/>

2. Disponível em: <https://mautic.azmina.com.br/email/view/624215bd14659324029032>

3. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/09/maioria-dos-partidos-descumpre-regra-eleitoral-sobre-financiamento-de-campanha-e-repassa-menos-recursos-para-negros-e-mulheres.ghtml>

4. Disponível em: <https://azmina.com.br/projetos/monitora/>

5. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/violencia-politica-genero-eleicoes/>

6. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/ataques-a-candidatas-se-estendem-a-apoiadoras-no-2-turno-das-eleicoes/>

7. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/violencia-politica-de-genero-as-diferencas-entre-os-ataques-recebidos-por-mulheres-e-seus-opponentes/>

8. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-negras-sao-o-principal-alvo-da-violencia-politica-nas-redes-sociais-em-eleicoes-na-bahia/>

9. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/maternidade-idade-e-sexualidade-tornam-candidatas-alvos-de-ataques-nas-redes-sociais-em-mg/>

10. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/de-tiros-a-agressoes-nas-ruas-no-para-violencia-politica-contras-mulheres-extrapola-as-redes/>

11. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2022-03/assassinato-de-marielle-franco-completa-quatro-anos-nesta-segunda>

12. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.192-de-4-de-agosto-de-2021-336315417>

13. Disponível em: https://azmina.com.br/5p_relatorio_monitora-pt/

UMA LEI CONTRA A VIOLÊNCIA POLÍTICA

A Lei 14.192/2021 estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher durante as eleições e no exercício de direitos políticos e de funções públicas. A lei é oriunda do Projeto de Lei 349/2015, da deputada Rosângela Gomes (Republicanos-RJ).

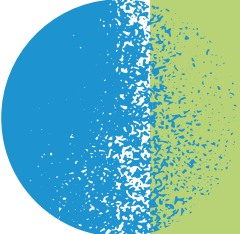
O que muda?

Crimes eleitorais

A nova norma inclui no Código Eleitoral o crime de assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo. A prática será punida com pena de reclusão, de 1 a 4 anos, e multa. A pena será aumentada em um terço se o crime for cometido contra mulher gestante; maior de 60 anos; e com deficiência.

Estatutos partidários

A nova lei também altera a Lei dos Partidos Políticos, para determinar que os estatutos dos partidos contenham regras de prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher.



Instituto Az Mina

AzMina é uma organização não governamental local sem fins lucrativos que usa comunicação, tecnologia e jornalismo para combater a desigualdade de gênero. Produzimos desde 2015 uma publicação digital nacional de jornalismo independente, investigativo e aprofundado sobre as questões de gênero que afetam as mulheres no Brasil, com reportagens especiais sobre legislação de violência doméstica, aborto, maternidade, mulheres na política e vários outros assuntos. Publicamos um livro sobre feminismo em 2016. Em 2019 lançamos um aplicativo de combate à violência doméstica contra as mulheres, o PenhaS. Em 2020, lançamos o Elas no Congresso, uma plataforma de monitoramento legislativo dos direitos das mulheres, e o MonitorA, um observatório de violência política de gênero nas redes sociais.

05

ARTIGO

A VIOLÊNCIA NAS REDES QUE BUSCA AFASTAR AS MULHERES DA POLÍTICA

Manuela D'Ávila

A VIOLÊNCIA NAS REDES QUE BUSCA AFASTAR AS MULHERES DA POLÍTICA



Foto: Rogério Fernandes

Manuela D'Ávila

Desde 2018, as pesquisas eleitorais apontam que as escolhas feitas por mulheres e homens, diante do segredo guardado pelas urnas, nunca foi tão grande. Se em julho daquele ano, 22% dos homens declaravam espontaneamente votar em Bolsonaro, apenas 7% das mulheres diziam o mesmo¹. Em outubro, outro levantamento apontava que entre eleitores do sexo masculino, o candidato tinha 37% da intenção de voto. Já entre as mulheres, aproximadamente a metade, 21%, o que o colocava em posição de empate técnico com a chapa em que eu participava na condição de candidata à vice-presidente de Fernando Haddad, que marcava, naquela pesquisa, 22%.² Em 2022, essa diferença se repete e amplia-se: enquanto entre homens Lula e Bolsonaro aparecem empatados, entre as mulheres a diferença é de 51% do primeiro contra 25% do segundo.³ Levantamento realizado pela BBC Brasil⁴ mostra que, nos processos eleitorais de 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso vencia as eleições entre os eleitores de ambos os sexos, segundo pesquisas Datafolha da época. Isso se repetiu com Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002 e 2006, também segundo o mesmo instituto e com Dilma Rousseff, em 2010 e 2014, conforme o Ibope.

O processo eleitoral de 2018 foi marcado, também, pela maior mobilização social da história do movimento de mulheres, o chamado #elenao, organizado a partir das redes sociais e realizado em mais de cem cidades brasileiras. Essas mobilizações aglutinaram eleitoras de todos os espectros políticos, tornando-se, assim, o primeiro esforço de ampliação e unidade política contra a extrema-direita representada pelo então candidato à presidência da República Jair Bolsonaro. Tal movimento, contudo, sofre uma espécie de apagamento histórico e isso se deve, em minha opinião, além do machismo que estrutura as relações sociais no Brasil, ao desconhecimento sobre o funcionamento das redes sociais. Para fazer uso de um dito popular



ATO EM HOMENAGEM À MARIELLE FRANCO: UM ANO DE SAUDADE, BELO HORIZONTE (MG), MARÇO DE 2019.

FOTO: MÍDIA NINJA

brasileiro, é como se “jogassem a criança fora com a água suja”. Naquela ocasião, em pleno 2018, as direções dos partidos que se opunham à candidatura de Bolsonaro, pouco sabiam e falavam sobre desinformação e intolerância na internet. Por isso, atribuíram ao movimento - e não às fakenews sobre ele - a responsabilidade do crescimento do candidato na reta final do processo eleitoral.

Se é verdade que Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil no 2º turno das eleições de 2018, naquele

pleito 77 mulheres foram eleitas para a Câmara dos Deputados, um aumento de 51% em relação ao pleito anterior e 161 deputadas foram escolhidas pela população para ocuparem cadeiras nas Assembleias Legislativas, um aumento de 41,2% comparado com 2014 (TSE). Nunca fomos tão numerosas, mesmo que ainda sejamos tão poucas.

Essas três questões apontam para a existência de uma espécie de fissura nas opiniões de mulheres e homens sobre os rumos que o país deve tomar.

Se de um lado, mulheres nunca participaram tanto, de outro, conforme a antropóloga Rosana Pinheiro Machado: “É impossível separar a ‘crise do macho’ da crise econômica. A crise econômica coloca em xeque o papel de provedor dos homens, que também é ameaçado pela ascensão das mulheres.”⁵. Isso pode explicar a identificação, em maior número, dos homens brasileiros com um presidente com manifestações explicitamente misóginas.

Se fossemos imaginar uma linha do tempo, podíamos pensar a eleição de um Presidente abertamente misógino em 2018 como uma das consequências do processo aberto entre 2014 e 2016, com o não reconhecimento da vitória

de Dilma Rousseff e o impeachment sem crime de responsabilidade. Foi quando assistimos ao machismo e a misoginia servirem como elementos de mobilização e coesão social para legitimar um projeto político de direita. Depois disso, vivemos o mais extremo e emblemático ato de violência na política brasileira atual: a execução da vereadora Marielle Franco, em 14 de março de 2018. Passados quatro anos continuamos sem saber quem mandou matar Marielle e sabemos que seu assassinato é uma espécie de fantasma que nos ronda a todas que seguimos lutando. Para além da morte, a profanação da memória de Marielle é permanente: nas redes, nas ruas e nos parlamentos, a extrema direita se reveza em ofensas e agressões.

MACHISMO E MISOGINIA

COMO ELEMENTOS DE MOBILIZAÇÃO E COESÃO SOCIAL

26 de outubro 2014

REELEITA COMO PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

A candidata venceu o segundo turno com 51,64% dos votos válidos, a eleição mais disputada no Brasil após a redemocratização. Inicia-se aí um processo de não reconhecimento da vitória de Dilma Rousseff

31 de agosto 2016

IMPEACHMENT

de Dilma Rousseff

14 de março 2018

ASSASSINATO DA VEREADORA MARIELLE FRANCO,

seguido de uma série de agressões misóginas à vereadora. Até hoje não foi desvendado o/os mandante/s do crime. A memória de Marielle Franco segue sendo alvo de desinformação nas redes, nas ruas e nos parlamentos.

28 de outubro 2018

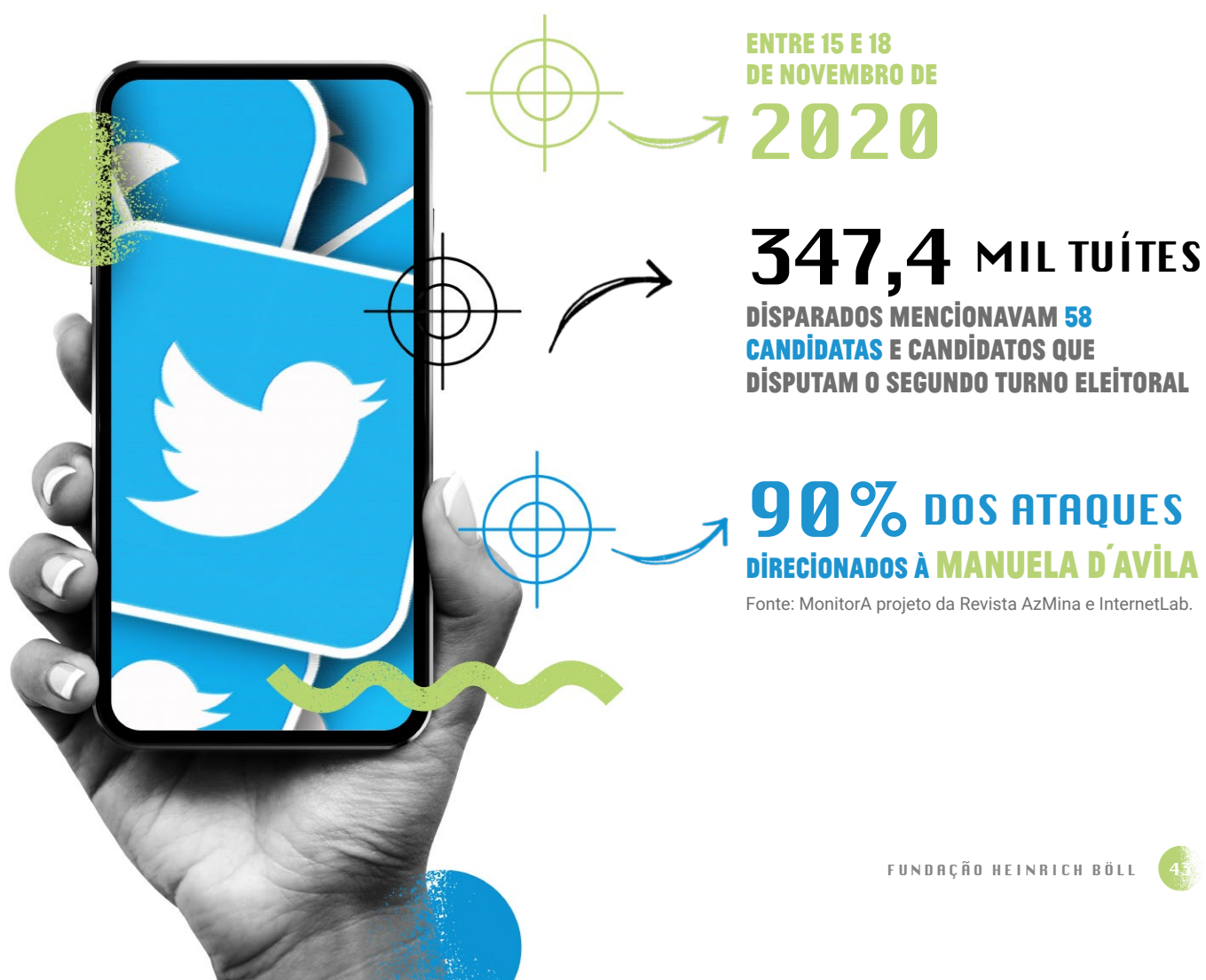
ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO COMO PRESIDENTE DO BRASIL.

O presidente tem atitudes e deu declarações que mostram seu caráter abertamente misógino.

Falemos, pois, da violência enquanto método amplamente utilizado por esses setores que se veem ameaçados pela ascensão política e pelas escolhas eleitorais e políticas das mulheres. Em um artigo publicado no livro “Sempre foi sobre nós - relatos da violência política de gênero”⁶, organizado por mim, Dilma Rousseff menciona um trecho de Kate Manne do qual eu gosto. Ela diz que é ingenuidade interpretar a misoginia como ódio e aversão a todas as mulheres, quando, na verdade, ela busca atingir apenas as mulheres que ousam enfrentar as normas dominantes, dentre elas a ideia de que o poder deve ser exercido apenas pelos homens. A filósofa Marcia Tiburi afirma que “Machismo publicitário é a forma do machismo na era da política reduzida à publicidade (...) Na política machista habitual os homens precisavam apenas disputar entre si. Quando surgem mulheres

que ameaçam seus cargos, ou ameaçam com a imagem de uma outra política, os homens partem para a ação violenta que faz parte da sua história e é essencial à performatividade política do momento. (...) A característica do macho limítrofe é a vociferação misógina que permite que os holofotes se voltem para ele.”⁷. A essa vociferação misógina chamamos de violência política de gênero. E ela acontece nos parlamentos, nas ruas e, sobretudo, nas redes sociais. Não há como dissociá-la. A morte de Marielle alimenta os monstros na internet, os monstros na internet alimentam os agressores nas ruas.

Segundo levantamento realizado pelo MonitorA, projeto da Revista AzMina e do InternetLab que monitorou entre 15 e 18 de novembro, 347,4 mil tuítes que mencionavam 58 candidatas e candidatos que disputam o segundo



turno eleitoral, 90% dos ataques eram direcionados a mim. Isso apenas no Twitter. O mesmo estudo não é aplicado ao Facebook, mas em 2018, decisão judicial fez com que 73 postagens fossem removidas quando já alcançavam mais de 12 milhões de pessoas. Na mesma rede, em 2020, postagens falsas que já alcançavam 500 mil pessoas foram retiradas judicialmente. Se consideramos a proporcionalidade - Porto Alegre tem 1 milhão e meio de habitantes e o Brasil tem mais de 212 milhões - os números evidenciam a escalada de desinformação entre um processo e outro. Sendo que no caso do Facebook, a justiça apenas ordena a remoção de notícias absolutamente falsas e não de qualquer outro conteúdo misógino como aqueles relacionados ao meu corpo, cabelo e vida privada. Acredito, portanto, que entre os anos de 2018 e 2020 a violência política de gênero cresceu. Podemos dizer que os alvos da violência política - sobretudo a partir das notícias falsas - são destruídos de forma permanente e também cumulativa, sempre

**PARA MIM É PRECISO
COMPREENDER QUE A
VERDADEIRA MUDANÇA
DA POLÍTICA PASSA PELA
PARTICIPAÇÃO MASSIVA DAS
MULHERES E QUE A VIOLÊNCIA
POLÍTICA DE GÊNERO (NAS
REDES E NAS RUAS) É UM
INSTRUMENTO PARA NOS
AFASTAR, IMPEDINDO ASSIM
QUE A MUDANÇA ACONTEÇA.**

partindo do último estágio alcançado. Isso significa que quando começaram a me atacar em 2020, eles partiram de uma imagem negativa já construída por centenas de outros ataques anteriores.

Além disso, cada vez que a violência política de gênero é autorizada socialmente, ou seja, cada vez que nossos agressores são premiados com mandatos ou não são punidos, sentem-se aprovados, tornando-se, portanto, ainda mais violentos. Quando a eleição de 2020 acabou, por exemplo, eu pensava que levaria muito tempo para uma mulher pública viver situações de violência como aquelas que eu havia vivido, ao menos no ambiente institucional. Apenas alguns dias depois, entretanto, a Deputada Isa Penna (PCdoB-SP) teve seus seios apalpados pelo deputado Fernando Cury (UB-SP) dentro do plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo. Quando denunciou, teve que pedir silêncio diante de um plenário indiferente à violência que ela havia sofrido, mesmo que amplamente documentada. Ele não foi cassado. Um novo limite fora ultrapassado para violentar Isa dentro do parlamento.

Claro, os movimentos feministas, as organizações de mulheres têm apurado seus instrumentos de denúncia e a intensidade de suas mobilizações. Hoje, as expressões violência política de gênero e fakenews são frequentemente usadas, quando eram ignoradas até 2018. Em 2021, o Congresso Nacional aprovou uma lei que criminaliza a violência política de gênero que poderá ter algum impacto nas eleições de 2022. Mas a verdade é que jamais punimos alguém pelos crimes cometidos contra nós. Num país em que o mandante do assassinato de Marielle anda solto, como imaginar que incrementaremos mecanismos que coibam a violência política de gênero?

Para mim é preciso compreender que a verdadeira mudança da política passa pela participação massiva das mulheres e que a violência política de

gênero (nas redes e nas ruas) é um instrumento para nos afastar, impedindo assim que a mudança aconteça. Se a sociedade de maneira mais ampla

não exigir que as mulheres sejam vistas como cidadãs, não há como imaginarmos um ambiente virtual diferente do que temos hoje.

1. Pesquisa Ideia Big Data realizada entre dias 20 e 23 de julho. Levantamento registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob a identificação BR-04178/2018.

2. Pesquisa DataFolha realizada entre os dias 26 e 28 de julho de 2018, registrado no TSE sob número BR-08687/2018.

3. Pesquisa FSB realizada entre os dias 27 e 29 de maio. Registro no TSE de número BR - 03196/2022

4. Rossi, Amanda & Mori, Letícia. Eleições 2018: Como casais estão sendo afetados pela diferença no voto de homens e mulheres, que nunca foi tão grande. BBC News Brasil, 02/10/2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45687773>.

5. Entrevista concedida por Rosana Pinheiro Machado ao site Uol. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/01/e-impossivel-separar-bolsonarismo-doantifeminismo-diz-antropologa.htm>

6. Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero. Organização Manuela d'Ávila. 2a edição - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

7. Marcia Tiburi ao site 247. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/machismo-publicitariomisogonia-como-tecnologia-politica-na-era-do-macho-limitrofe>

Manuela D'Ávila

É jornalista pela PUC/RS mestre em políticas públicas e doutoranda em políticas públicas pela UFRGS. Foi a vereadora mais jovem de Porto Alegre, deputada federal mais votada do Brasil e deputada estadual mais votada em 2014. Concorreu à vice-presidência do país, em 2018. Fundou o Instituto E Se Fosse Você, voltado ao combate da desinformação e redes de ódio. Lançou três livros: Revolução Laura: reflexões sobre maternidade & resistência (Bela-Letras, 2019); Por que lutamos? um livro sobre amor e liberdade (Planeta, 2019); e E Se Fosse Você? Sobrevivendo às redes de ódio e fake news (Instituto E Se Fosse Você?, 2020). Também é organizadora e autora das Coletâneas Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil (Instituto E Se Fosse Você?, 2021), e Rede de Mentira e ódio: e se o alvo fosse você? (Instituto E Se Fosse Você?, 2021).



0 1 0 1 0 1 0 1 0
1 0
0 1 0
1 0 1 0 1 0 1
0 1 0 1 0 1
1 0
0 1 0 1 0 1 0 1 0
1 0
0 1 0

"IDEOLOGIA DE GÊNERO" - UMA NARRATIVA FANTASIOSA E MOLDÁVEL

Andrea Dip

"IDEOLOGIA DE GÊNERO" - UMA NARRATIVA FANTASIOSA E MOLDÁVEL



Andrea Dip

De cima de um carro de som, ao lado dos autointitulados apóstolo Estevam Hernandes e bispa Sônia Hernandes, líderes da igreja evangélica neopentecostal Renascer em Cristo que já foram presos nos Estados Unidos por entrar no país com mais de 50 mil dólares não declarados dentro da bíblia, Jair Messias Bolsonaro proclama: "Somos contra o aborto, a ideologia de gênero e a liberação de drogas. E somos defensores da família brasileira". O discurso do atual presidente, realizado durante a Marcha para Jesus em São Paulo em julho de 2022, às vésperas de uma das eleições mais importantes da história do Brasil, segue acenando para sua base mais fiel: os cristãos, sobretudo evangélicos, ultraconservadores. Hasteando essas pautas como bandeiras de campanha em 2018 - com destaque ao combate à "ideologia de gênero" e a defesa de um modelo heteronormativo de família - Bolsonaro conseguiu um feito inédito na história do país: o apoio eleitoral da maioria dos líderes de megaigrejas evangélicas. Nunca até então alguém havia reunido tantos líderes religiosos poderosos em torno de uma só



candidatura¹. E após 3 anos e meio de governo, esse apoio por parte da cúpula cristã - que envolve uma série de benefícios fiscais, perdão de dívidas, concessões de mídia e privilégios por parte dos três poderes às igrejas - se mantém firme. Ainda que a popularidade entre a base evangélica esteja caindo, como apontam pesquisas recentes.

Em julho de 2022, no lançamento à candidatura presidencial a um novo pleito pelo PL, Bolsonaro lançou novamente mão de notícias falsas, desta vez se referindo ao senador Renan Calheiros (MDB-AL): “Em 2019, além de querer a desconstrução da heteronormatividade, criou o que se chama ideologia de gênero. Com isso, emboscar os nossos filhos e netos a partir dos 5 anos de idade dentro da escola, para estimulá-lo ao sexo desde essa idade”. O conselho de a cada nova crise política, econômica ou social se voltar às ideias “nacional-populistas” teria sido dado a Bolsonaro pelo estrategista de Donald Trump, Steve Bannon, ainda em 2018² e tem sido seguido à risca pelo atual presidente e seu governo.

Tanto é que no momento em que o Brasil vive um cenário de inflação de quase 12% ao ano, voltou ao Mapa da Fome da ONU, com pelo menos 33 milhões de pessoas sem alimentos³ e após desastrosa condução de uma pandemia que matou mais de 670 mil pessoas no país, Bolsonaro repete o discurso que o levou ao Planalto. Da fala inaugural como presidente às inflamadas mensagens em púlpitos de igrejas e carros de som, segue em uma suposta “luta do bem contra o mal” e no combate à “ideologia de gênero” - que é uma narrativa fantasiosa e moldável, criada e fortalecida pela igreja católica nos anos 1990 e apropriada por políticos de extrema direita, evangélicos e ultraconservadores em toda a América Latina, Estados Unidos e alguns países da Europa nos últimos anos. Motivada pelos enquadramentos favoráveis aos direitos reprodutivos e sexuais produzidos em conferência da ONU, a criação desse sintagma se tornaria uma estratégia política eficaz para criar pânico moral, sob a ideia central de que discutir questões de gênero nas escolas seria uma ameaça às famílias e às crianças.



CC-BY-2.0



FOTO: MARCOS CORRÊA/PA

DA FALA INAUGURAL COMO PRESIDENTE ÀS INFLAMADAS MENSAGENS EM PÚLPITOS DE IGREJAS E CARROS DE SOM, SEGUE EM UMA SUPOSTA "LUTA DO BEM CONTRA O MAL" E NO COMBATE À "IDEOLOGIA DE GÊNERO" - QUE É UMA NARRATIVA FANTASIOSA E MOLDÁVEL, CRIADA E FORTALECIDA PELA IGREJA CATÓLICA NOS ANOS 1990 E APROPRIADA POR POLÍTICOS DE EXTREMA DIREITA, EVANGÉLICOS E ULTRACONSERVADORES EM TODA A AMÉRICA LATINA, ESTADOS UNIDOS E ALGUNS PAÍSES DA EUROPA NOS ÚLTIMOS ANOS.

Assim definiu o professor e pesquisador Marco Aurélio Prado em entrevista à Agência Pública de Jornalismo em dezembro de 2021 [10]: “a ‘ideologia de gênero’ se mostrou esse sintagma – ou seja junta nada com nada, é um significante

vazio, portanto eu coloco tudo que eu quiser aí dentro: comunismo, homossexualidade, pedofilia. Qualquer coisa do pensamento conservador cabe no sintagma ‘ideologia de gênero’ por sua indefinição. É um mundo de fantasia onde não tem pensamento, reflexão, contexto, história, debate”.

Para além de inflamar a LGBTQfobia, pactuar com as desigualdades de gênero e com o machismo estrutural, a “ideologia de gênero” se tornou um case de sucesso para a extrema direita ultraconservadora por trabalhar, a partir de notícias falsas, com a moralização das incertezas - identidade de gênero, direitos reprodutivos, orientação sexual são de fato complexos, estruturantes e por isso passíveis de manipulação quando não discutidos de forma qualificada. A incerteza se torna medo, que se torna pânico moral. E a instrumentalização deste pânico moral tem tido um papel central em processos de restrição democrática e ascensão de lideranças autoritárias e de extrema direita em todo o mundo.

Vale frisar, no entanto, que a criança “protegida” pelos ultraconservadores é geralmente branca, cristã ou ainda está no útero. Se uma criança é estuprada e engravida - e os números de violência sexual contra crianças são muito altos no Brasil - sua vida vale menos do que o embrião em seu útero, como mostraram casos emblemáticos ocorridos durante o governo Bolsonaro, com meninas perseguidas, expostas ou impedidas de realizar o aborto garantido por lei. Crianças indígenas têm atenção deste governo, sobretudo por parte do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, porém a partir de uma visão quase fetichista, neocolonialista. Se são crianças negras morrendo de fome ou vítimas da violência policial, elas provavelmente não irão comover esse grupo, já essa proteção arbitrária carrega também o racismo estrutural.

Não faltam exemplos concretos de como a “ideologia de gênero” se tornou uma armadilha de sucesso no Brasil. Desde 2014 há uma cruzada promovida especialmente por integrantes da Bancada Evangélica no Congresso para proibir discussões de gênero nas escolas e perseguir professores⁴. Em planos de educação de todo o país a palavra “gênero” foi simplesmente retirada de textos, incluindo “gênero alimentício”. Um relatório recente⁵ publicado pela Human Rights Watch mostrou que legisladores brasileiros, nos níveis federal, estadual e municipal, apresentaram mais de 200 propostas para proibir a “doutrinação” ou a “ideologia de gênero” nas escolas. O movimento “Escola Sem Partido” continha em seu site um documento modelo para processar e criminalizar professores e recentemente “ideologia de gênero” foi incluída como possível agente de violência no Disque 100 do Ministério da Mulher⁶, da Família e dos Direitos Humanos ao lado de crimes causados por orientação sexual. Além de confundir os dados sobre violência causada por homofobia — algo já reconhecido juridicamente pelo Supremo Tribunal Federal — que chegam através do canal, a medida criaria fluxo de Estado para intimidar e criminalizar professores.

Na América Latina, o “Con Mis Hijos no te Metas”⁷, similar ao Escola Sem Partido, porém maior e

transnacional, tem crescido e em outros lugares do mundo como a Hungria, estudos de gênero estão sendo proibidos nas universidades.

Todas essas campanhas construídas para gerar pânico moral se beneficiaram e ainda se beneficiam muito da rápida circulação de notícias falsas em redes sociais. Na campanha de 2018, por exemplo, para desmoralizar a campanha de Fernando Haddad à presidência, um vídeo postado no Facebook mostrava uma mamadeira com bico em formato de pênis e “denunciava” que itens iguais teriam sido distribuídos pelo PT em creches do Brasil com o suposto objetivo de acabar com a homofobia. O vídeo teve quase 3 milhões de visualizações apenas nas primeiras 48 horas. O partido explicou que a notícia era falsa, mas o pânico moral, instrumentalizado pela extrema-direita, mais uma vez cumpriria bem seu papel através de ampla disseminação em grupos no Whatsapp e nas mídias sociais.

Um estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro chamado “Caminhos da desinformação: evangélicos, fake news e WhatsApp no Brasil”⁸ mostrou que o uso intenso do Whatsapp para a prática religiosa fortalece redes de desinformação no segmento evangélico.



GRUPOS LIGADOS À RELIGIÃO NO WHATSAPP

49% DOS EVANGÉLICOS

RECEBERAM MENSAGENS DE CONTEÚDO FALSO OU ENGANOSO

EM GRUPOS RELACIONADOS À SUA RELIGIÃO



REPRESENTATIVIDADE NAS DECISÕES ELEITORAIS

31% DO BRASILEIROS SÃO EVANGÉLICOS

PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE WHATSAPP LIGADOS À RELIGIÃO

23,6% NÃO CHECAM NOTÍCIAS

30% JÁ COMPARTILHARAM NOTÍCIAS FALSAS



57% DOS ESPÍRITAS PARTICIPAM

66,7% DE OUTRAS RELIGIÕES PARTICIPAM

92% DOS EVANGÉLICOS PARTICIPAM

71% DOS CATÓLICOS PARTICIPAM

8,1% SABIAM QUE ERA MENTIRA, MAS CONCORDAVAM COM A ABORDAGEM

Fonte: Pesquisa “Caminhos da desinformação: evangélicos, fake news e WhatsApp no Brasil” da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Em entrevista à Pública, o sociólogo e diretor do Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde da UFRJ, Alexandre Brasil, que coordenou a pesquisa explicou: “Não é a religião que interfere na maior presença de desinformação nos grupos de WhatsApp dos evangélicos, mas elementos relacionados à prática da religião, como o uso das redes sociais”. Um desses elementos mapeados pelos pesquisadores seria a confiança interpessoal. Para 33,3% dos evangélicos entrevistados, pessoas conhecidas são mais consultadas como fontes de informações do que veículos jornalísticos e/ou mecanismos de busca na internet. E 13,2% disseram que os pastores e irmãos da igreja representam a fonte mais confiável de notícias. “É importante lembrar que onde circula informação também circula desinformação. Não há como evitar que esses fluxos de mensagens circulem de forma separada, pois o intuito é que tenha aparência de informação confiável. O uso intenso do WhatsApp, somado à uma forte presença da confiança interpessoal são fatores que parecem sim tornar os evangélicos, em algum nível, suscetíveis à desinformação”, explicou Alexandre Brasil à reportagem.

Outro ponto importante levantado pelo relatório é o de que os evangélicos têm uma grande representatividade nas decisões eleitorais, considerando que 31% da população brasileira declara essa fé, segundo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizado em 2018.

Entre as pessoas que responderam a pesquisa, 23,6% dos evangélicos disseram não ter o costume de checar notícias. De acordo com o relatório, quase 30% admitiram que já compartilham notícias falsas,

sendo que 8,1% fizeram “mesmo sabendo que era mentira, mas por concordarem com a abordagem”.

Uma reportagem do Jamil Chade para o UOL publicada em julho⁹, mostra que a eleição de outubro no Brasil mobiliza movimentos e partidos ultraconservadores no exterior, numa demonstração da importância do país para os projetos da extrema direita. “Para esses grupos, o que está em jogo não é o destino de um presidente. Mas a força internacional do movimento que, hoje, usa o Brasil como uma de suas principais plataformas para garantir que suas reivindicações sejam defendidas na agenda internacional” escreve o jornalista. E continua: “A extrema direita perdeu força na América Latina, foi derrotada nos EUA e, na Europa, vive um momento de redefinição de estratégias. Jair Bolsonaro (PL), portanto, representa a capacidade de o movimento manter sua influência em fóruns internacionais, fazer lobby em diferentes resoluções e frear avanços da agenda progressista.

Em um país que se apresenta entre os com mais altos índices de violência de gênero, feminicídios, assassinatos de pessoas trans, estupro e abuso de crianças, mortes por aborto inseguro e desigualdade social, isso se torna ainda mais grave. Como escreveu a pesquisadora Flávia Birolli no artigo¹⁰ “A reação contra o gênero e a democracia” para a revista Nueva Sociedad, essas pautas miram democracias frágeis, contribuem para a desdemocratização de países e enfraquecem as instituições construídas para conter violações de direitos humanos. Resta observar de que maneira os candidatos de oposição irão se posicionar em relação a estas agendas e se terão coragem para encarar essas questões de frente, de uma vez por todas.

1. Disponível em: <https://apublica.org/2018/12/mudanca-de-estrategia-nas-candidaturas-evangelicas-ajudou-a-eleger-bolsonaro/>

2. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/24/internacional/1553454729_290547_amp.html

3. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/07/em-marcha-para-jesus-bolsonaro-reafirma-posicoes-contraborto-ideologia-de-genero-e-drogas.ghtml>

4. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/ameacas-ofensas-e-sindicancias/>

5. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2022/05/12/brazil-attacks-gender-and-sexuality-education>

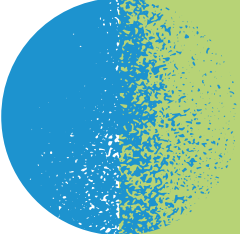
6. Disponível em: <https://transnacionalesdelafe.com/tags/con-mis-hijos-no-te-metas/>

7. Disponível em: <https://apublica.org/2021/08/grupos-da-igreja-no-whatsapp-sao-usados-para-disseminar-desinformacao-revela-pesquisa/>

8. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/07/18/eleicao-no-brasil-mobiliza-extrema-direita-no-mundo.htm>

9. Disponível em: <https://apublica.org/2021/12/ideologia-de-genero-no-disque-100-pode-criminalizar-professores-diz-pesquisador/>

10. "A reação contra o gênero e a democracia", Flávia Birolli, revista Nueva Sociedad



Andrea Dip

É diretora e editora na Agência Pública de Jornalismo Investigativo. Trabalha com foco em direitos humanos desde 2001 e desde então recebeu 16 prêmios de jornalismo. Em 2018, publicou seu primeiro livro "Em nome de quem?" A bancada evangélica e seu projeto de poder". Vive atualmente em Berlim como pesquisadora associada ao Lateinamerika Institut da Freie Universität e parte do International Research Group on Authoritarianism and Counter-strategies da Fundação Rosa Luxemburgo.



0 1 0 1 0 1 0 1 0
1 0
0 1 0
1 0 1 0 1 0 1
0 1 0 1 0 1
1 0
0 1 0 1 0 1 0 1 0
1 0
0 1 0

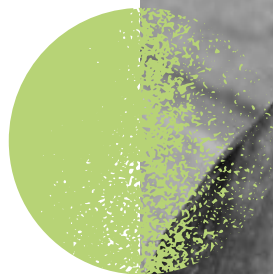
INFLUENCIADORES DIGITAIS E A EXTREMA DIREITA BRASILEIRA

Camila Rocha

INFLUENCIADORES DIGITAIS E A EXTREMA DIREITA BRASILEIRA



Camila Rocha



Na disputa pela atenção de um público crescentemente desconfiado da mídia mainstream e saturado por um tsunami de informações, conteúdos diferenciados passaram a ganhar a competição por visualizações e cliques. E a vantagem nessa corrida ficou com quem disparou primeiro: influenciadores direitistas que mobilizam recorrentemente a política do choque.



(CC BY-SA 4.0)



FOTO: TODAY TESTIN
G // WIKIMEDIA

Há dez anos a popularização da internet e das redes sociais no Brasil alterou radicalmente a circulação de ideias na esfera pública. Em pouco tempo, jornalistas, intelectuais e celebridades tradicionais passaram a dividir espaço com mídias alternativas, youtubers e influencers.

Na disputa pela atenção de um público crescentemente desconfiado da mídia mainstream e saturado por um tsunami de informações, conteúdos diferenciados passaram a ganhar

a competição por visualizações e cliques. E a vantagem nessa corrida ficou com quem disparou primeiro: influenciadores direitistas que mobilizam recorrentemente a política do choque.

A política do choque é uma estratégia utilizada por grupos marginalizados no debate público para chamar atenção. Tal estratégia pode ser utilizada à esquerda e à direita. Um exemplo à esquerda foi quando participantes das Marchas das Vadias, dentro e fora do Brasil, procuravam chamar atenção

para suas demandas ao exporem seus seios em público. À direita, se tornou comum o uso de uma retórica agressiva, permeada de palavrões e humor ácido, o 'politicamente incorreto'.

O recurso a tal estratégia se justificaria diante da impossibilidade de obter atenção de outro modo. Afinal, as pautas e demandas de quem usa a política do choque seriam menosprezadas, e até mesmo ridicularizadas, pela mídia e pela política tradicionais. Mas como discursos de direita podem ser considerados marginais em um país conservador como o Brasil?

Ao longo do tempo, o frágil avanço institucional e o debate público de mulheres, negros, LGBTQIA+, bem como a permanência do Partido dos Trabalhadores no poder após acusações de corrupção, desencadearam novos conflitos. Vários grupos passaram a reagir ao perder poder ou sentiram-se marginalizados no debate público, aumentando a demanda por influenciadores e políticos que ecoassem suas visões de mundo, como Jair Bolsonaro, deputado extremista que se tornaria a principal liderança de direita no país.

A figura de Bolsonaro se popularizou na internet principalmente por conta de páginas e perfis relacionadas ao político no Facebook como "Bolsonaro Zuero" e "Bolsonaro Opressor 2.0". Permeadas por sátiras ácidas, palavrões e críticas agressivas a adversários políticos e minorias em formato de memes, as páginas também circulavam imagens de Bolsonaro em atividades cotidianas bem como suas falas mais polêmicas, com um tratamento irônico. Inclusive, o apelido de "mito", que passou a ser utilizado entre apoiadores de Bolsonaro, é atribuído aos vídeos veiculados na página "Bolsonaro Zuero", nos quais óculos escuros pousavam no rosto de Bolsonaro quando falava algo polêmico e chocante. Em pouco tempo, os

EM ALGUNS CASOS, OS VALORES ANGARIADOS ULTRAPASSAVAM CENTENAS DE MILHARES DE REAIS. ENTRE JANEIRO DE 2019 E AGOSTO DE 2021, ONZE CANAIS DE YOUTUBE PRÓ-BOLSONARO QUE DÍVULGAVAM INFORMAÇÕES FALSAS SOBRE URNAS ELETRÔNICAS ARRECADARAM MAIS DE DEZ MILHÕES DE REAIS. OS CANAIS QUE MAIS LUCRARAM ANTES DE SEREM BLOQUEADOS JUDICIALMENTE FORAM O FOLHA POLÍTICA, COM 2,5 MILHÕES DE REAIS, E O YOUTUBER ALLAN DOS SANTOS, COM 1,7 MILHÃO DE REAIS.

rapazes responsáveis pelos conteúdos passaram a fazer parte da equipe de comunicação do então deputado, que em 2015 lançou sua candidatura à Presidência da República¹.

Em 2017, um ano antes das eleições presidenciais, Bolsonaro já liderava em números de seguidores e reações no Facebook, quantidade de interações no Twitter, e total de curtidas no Instagram. Para efeito de comparação, na época, Bolsonaro contabilizava 4,7 milhões de seguidores e 3,2 milhões de reações no Facebook, enquanto o segundo colocado, Lula, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores que deixou o governo com mais de 80% de aprovação popular, contabilizava 3 milhões de seguidores e 1 milhão.

Em grande medida, isso ocorre porque criadores de conteúdo e influenciadores pró-Bolsonaro se apresentam como marginais e *anti-establishment*. Em sua visão, o *establishment* teria passado a ser permeado pelo que consideram ser uma 'hegemonia esquerdista' que representaria ameaças iminentes a suas visões de mundo e modos de vida. Daí o aumento da circulação de conteúdos com aparência jornalística, chamadas sensacionalistas e linguagem simples que apontem a necessidade de que é preciso procurar informações fora da imprensa tradicional 'esquerdista'. Dessa forma, ao mesmo tempo que a demanda por tais conteúdos é renovada permanentemente, crescem as possibilidades de ganhos financeiros para criadores de conteúdo digital por meio de anúncios, envio de dinheiro durante a transmissão de *lives* e venda de objetos.

Tal dinâmica de produção e consumo de conteúdo teve continuidade após Bolsonaro ter sido alçado à Presidência do país. A diferença é que, agora, ações coordenadas em maior ou menor grau entre membros do governo e influenciadores possibilitaram a construção de narrativas homogêneas sobre diversas pautas, inclusive no que diz respeito a ataques explícitos a instituições democráticas. No entanto, apenas bolsonaristas

menos poderosos foram punidos por tais ataques. Isso ocorreu por terem cruzado a tênue fronteira que divide a aceitação da política do choque como parte do exercício democrático de ataques diretos ao estado de direito.

Casos exemplares nesse sentido foram os de Roberto Alvim, ex-secretário da Cultura, do deputado bolsonarista Daniel Silveira e de diversos influenciadores bolsonaristas investigados no inquérito das fake news. Alvim foi exonerado ao fazer um discurso com referências nazistas. Já Silveira foi condenado à prisão ao divulgar um vídeo no YouTube em que xingava a Supremo Tribunal Federal, ameaçava os juízes com violência e elogiava medidas da ditadura militar. Os influenciadores bolsonaristas investigados no inquérito das fake news, por sua vez, foram obrigados a apagar vídeos em seus canais de YouTube.

De acordo com levantamento da Novelo Data, desde janeiro de 2022, mais de 10 mil vídeos foram removidos dos 450 maiores canais pró-Bolsonaro temendo prejuízos judiciais ou econômicos. Em alguns casos, os valores angariados ultrapassavam centenas de milhares de reais. Entre janeiro de 2019 e agosto de 2021, onze canais de YouTube pró-Bolsonaro que divulgavam informações falsas sobre urnas eletrônicas arrecadaram mais de dez milhões de reais. Os canais que mais lucraram antes de serem bloqueados judicialmente foram o Folha Política, com 2,5 milhões de reais, e o youtuber Allan dos Santos, com 1,7 milhão de reais².

Contudo, o impacto disso na circulação de ideias antidemocráticas ou informações falsas, ou mesmo no número de influenciadores e produtores de conteúdo que os circulam de forma implícita ou explícita é questionável³.

Em primeiro lugar, a verificação dos conteúdos, seja judicial ou realizada pelas próprias plataformas, é demorada pois ainda dependem de interpretação humana e análise de contexto. Ou seja, até um conteúdo ser apagado, este já foi compartilhado milhares de vezes. E os próprios influenciadores, ao saberem das regras, já modulam seus discursos ou apagam suas produções originais sabendo que, ao atingir milhares de pessoas ao mesmo tempo, tais conteúdos também podem ser salvos e/ou replicados de diferentes formas posteriormente. Em segundo lugar, existe um alinhamento entre diferentes espaços de circulação de conteúdos. Como aponta a antropóloga Letícia Cesarino, no Brasil ocorre uma dinâmica que também pode ser encontrada em países como a Alemanha, em que grupos subterrâneos fechados se alinham a influenciadores em plataformas abertas ou mesmo na mídia tradicional. Isso possibilita a criação de uma rede que amplifica a distribuição de conteúdos que estão baseados nas mesmas fontes e referências. Ou seja, médicos negacionistas que condenam o uso de vacinas contra Covid-19 e são citados em grupos fechados também podem ser entrevistados por jornalistas ou mídias tradicionais alinhadas ao governo, ou ainda figurarem em produções profissionais cujos conteúdos são acessados mediante assinaturas.

Em terceiro lugar, a criação de uma narrativa bolsonarista homogênea facilita a circulação de determinadas ideias de forma implícita entre influenciadores ligados a nichos específicos. Cristãos conservadores, grupos antifeministas, setores ligados ao Exército e às polícias, trabalhadores e empresários do agrobusiness, artistas sertanejos, gamers, defensores de criptomoedas e profissionais de classe média e alta ligados ao mercado financeiro são exemplares nesse sentido.

Por fim, a própria dinâmica de compartilhamento de conteúdos nas plataformas incentiva a produção de determinados conteúdos em formatos específicos. Afinal, teorias da conspiração e conteúdos que provocam emoções como raiva e medo são incentivados por seus algoritmos, o que faz com que o público de tais influenciadores seja mais amplo do que a parcela da população brasileira que de fato apoiam Jair Bolsonaro.

Diante de tal cenário, não são incomuns demandas de maior restrição e controle do que circula na esfera pública com a intenção de 'purificar' o debate público. No entanto, na ânsia de se livrar de fenômenos considerados incômodos, corre-se o perigo de jogar fora o bebê com a água do banho.

1. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/como-o-assessor-banido-pelo-face-book-ganhou-prestigio-no-cla-bolsonaro/>

2. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/onze-canais-bolsonaristas-lucraram-r-10-milhoes-com-propagacao-de-fake-news/>

3. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2022/04/podcast-explica-a-corrida-de-bolsonaristas-para-esconder-videos-no-youtube.shtml>

Um dos casos mais recentes de influenciadores envolvidos em escândalos de desinformação é o do blogueiro Allan dos Santos. O proprietário do site Terça Livre é investigado em dois processos do Supremo Tribunal Federal: um que apura o financiamento da disseminação de fake news durante a pandemia, investigando influenciadores e governistas que contribuíram e/ou estão envolvidos nos disparos em massa de notícias falsas sobre a COVID-19, vacinas e a pandemia.

O outro processo investiga o financiamento de atos antidemocráticos promovidos desde abril de 2020 por aliados do presidente. Allan, que é um dos aliados mais próximos da família Bolsonaro, teve sua prisão preventiva decretada pelo ministro Alexandre de Moraes em outubro de 2021, tendo fugido para os EUA ainda no início dos inquéritos e permanecendo no país até a publicação deste artigo.

Camila Rocha

Camila Rocha nasceu em São Paulo em 1984. É cientista política e em 2019 concluiu seu doutorado na USP (Universidade de São Paulo) sobre a emergência da nova direita brasileira. Recebeu os prêmios de melhor tese de doutorado da Associação Brasileira de Ciência Política e Tese Destaque USP. Em agosto de 2021, lançou pela editora Todavia o livro “Menos Marx, mais mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil”, e publicou em 2021, pela editora Springer, em conjunto com os sociólogos Esther Solano e Jonas Medeiros, o livro “The Bolsonaro Paradox - The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil”. Atualmente trabalha como assessora parlamentar na Assembleia Legislativa de São Paulo e coordena pesquisas qualitativas sobre comportamento político.



YouTube

0 1 0 1 0 1 0 1 0

1 0

0 1 0

1 0 1 0 1 0 1

0 1 0 1 0 1

1 0

0 1 0 1 0 1 0 1 0

1 0

0 1 0

QUANTIDADE DE CANAIS

ESQUERDA

CENTRO

IMPRESSA

1 0 1
0 1 0 1
1 0 1 0 1 0 1 0
0 1 0 1 0 1 0
1 0 1
0 1 0 1 0 1 0 1 0 1
1 0 1
0 1 0 1

MAPEAMENTO DE CANAIS E PERFIS DE REDES SOCIAIS

Democracia em Xequê

MAPEAMENTO DE CANAIS

E PERFIS DE REDES SOCIAIS

Este mapeamento de canais e perfis em redes sociais se baseia em quatro segmentos: **extrema-direita**; **esquerda**; **centro e imprensa**. As métricas abarcam o recorte temporal **de outubro de 2021 a junho de 2022**. Os dados são referentes a uma seleção de canais e perfis específicos de cada segmento, levando em consideração a relevância e o alcance.

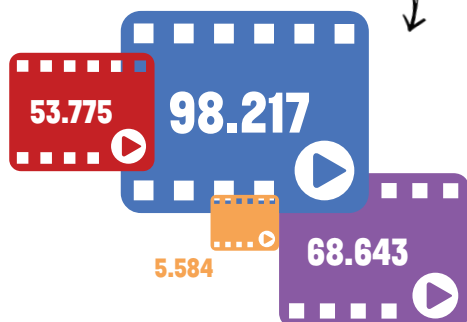


QUANTIDADE DE CANAIS



CANAL	VÍDEOS	VISUALIZAÇÕES	CURTIDAS	COMENTÁRIOS
OS PINGOS NOS IS	2.222	634.876.902	64.815.870	4.833.608
PLANTÃO BRASIL	1.670	78.375.300	18.642.315	1.152.034
PODPAH	194	93.993.628	7.815.294	91.592
CNN BRASIL	8.620	202.134.018	4.266.663	607.377

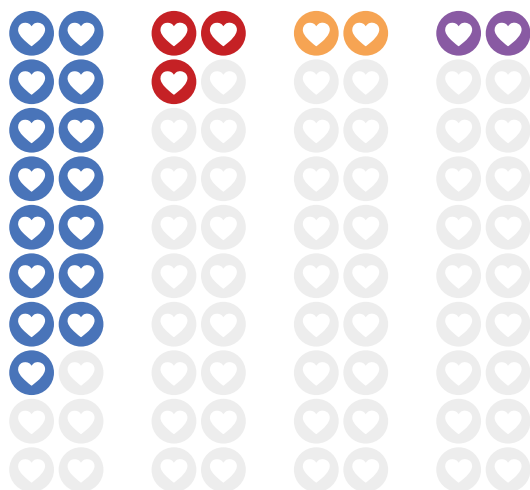
VÍDEOS



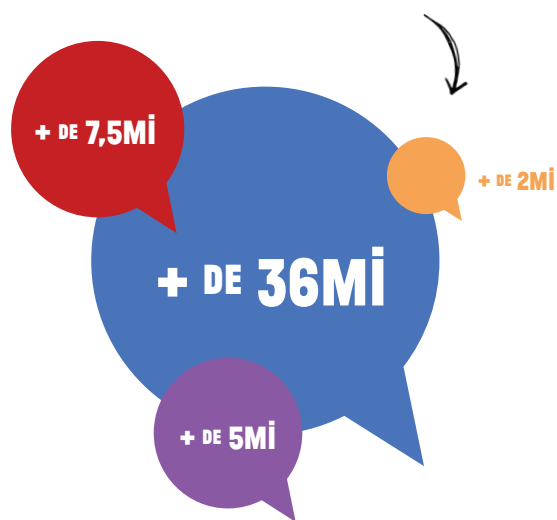
VISUALIZAÇÕES



CURTIDAS



COMENTÁRIOS



■ Extrema-Direita

■ Esquerda

■ Centro

■ Imprensa

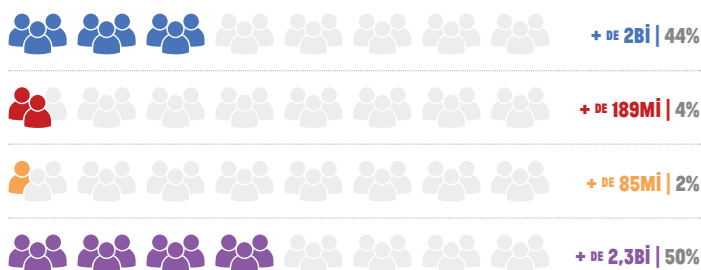
Fonte: Democracia em Xequê

QUANTIDADE DE PÁGINAS

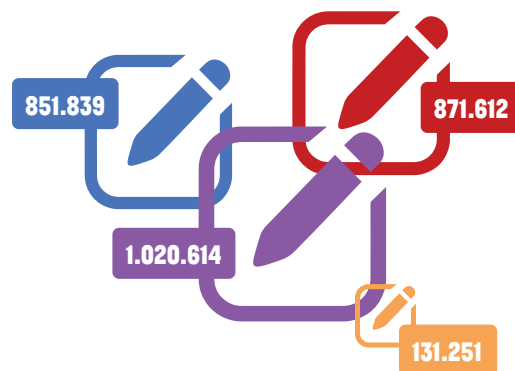


CANAL	SEGUÍDORES	POSTS	INTERAÇÕES	COMPARTILHAMENTOS	CURTIDAS	COMENTÁRIOS
JAIR MESSIAS BOLSONARO	14.552.329	1.014	83.782.631	9.601.713	6.248.514	8.495.051
LULA	4.823.718	1.299	19.526.170	1.745.967	2.022.975	4.216.855
ANDRÉ JANONES	7.971.779	271	12.555.773	1.755.457	948.022	1.670.686
G1 - GLOBO	11.634.098	9.368	39.516.115	1.611.202	1.538.611	6.043.290

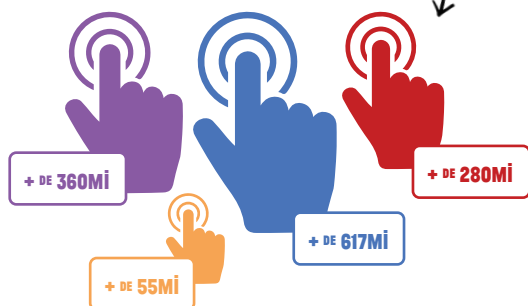
SEGUÍDORES



POSTS



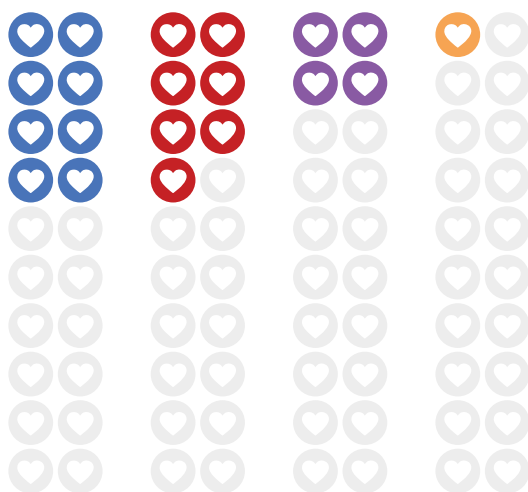
INTERAÇÕES



COMPARTILHAMENTOS



CURTIDAS



COMENTÁRIOS



■ Extrema-Direita ■ Esquerda ■ Centro ■ Imprensa

Fonte: Democracia em Xequê



QUANTIDADE DE PÁGINAS

EXTREMA-DIREITA

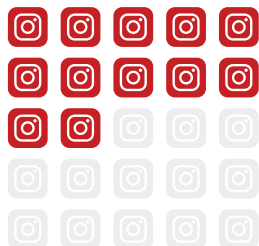


TOP 5

PÁGINAS
COM MAIS
INTERAÇÕES

CARLA ZAMBELLI
JAIR M. BOLSONARO
BIA KICIS
LUCIANO HANG
EDUARDO BOLSONARO

ESQUERDA

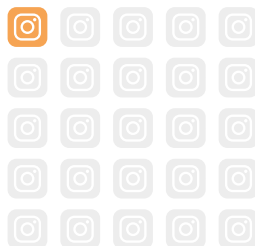


TOP 5

PÁGINAS
COM MAIS
INTERAÇÕES

QUEBRANDO O TABU
MÍDIA NINJA
LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
SEREMOS RESISTÊNCIA!
HADDAD DEBOCHADO

CENTRO

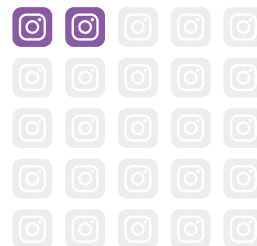


TOP 5

PÁGINAS
COM MAIS
INTERAÇÕES

LEANDRO KARNAL
RANKING DOS POLÍTICOS
GABRIELA PRIOLI
MÁRIO SÉRGIO CORTELLA
ANDRÉ JANONES

IMPRENSA



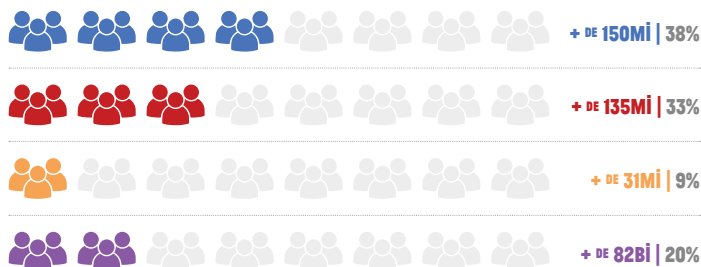
TOP 5

PÁGINAS
COM MAIS
INTERAÇÕES

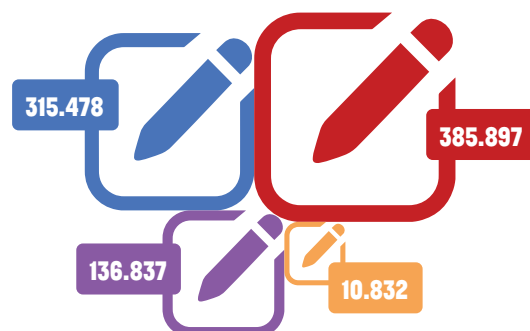
O POVO ONLINE
GI
FOLHA DE S. PAULO
CNN BRASIL
FORBES BRASIL

CANAL	SEGUIDORES	POSTS	INTERAÇÕES	CURTIDAS	COMENTÁRIOS
CARLA ZAMBELLI	2.566.940	2.717	105.959.244	100.334.101	5.625.143
QUEBRANDO O TABU	8.225.899	1.667	139.285.311	137.413.791	1.871.520
LEANDRO KARNAL	4.736.053	234	6.659.296	6.464.887	194.409
O POVO ONLINE	1.656.843	8.631	135.280.563	130.511.088	4.769.475

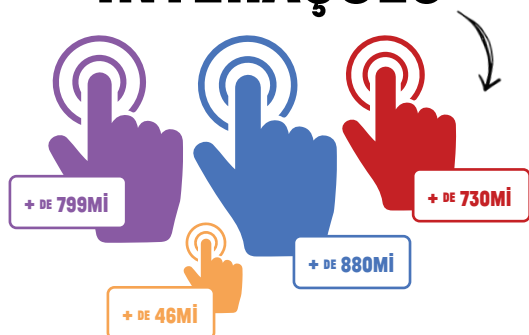
SEGUIDORES



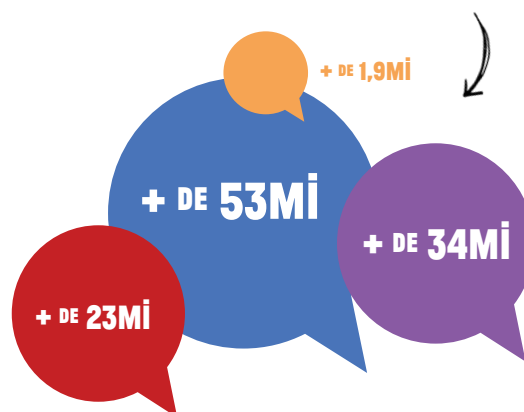
POSTS



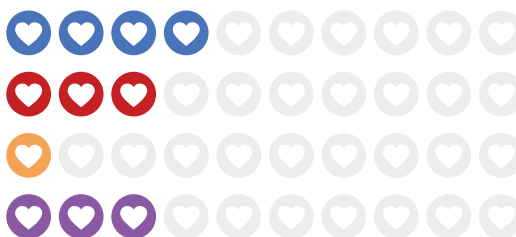
INTERAÇÕES



COMENTÁRIOS



CURTIDAS



■ Extrema-Direita

■ Esquerda

■ Centro

■ Imprensa

Fonte: Democracia em Xequê

ANÁLISE DOS DADOS

É possível perceber diferenças em relação ao destaque de cada campo político e midiático nas redes sociais analisadas. No YouTube, por exemplo, há uma predominância de canais da extrema-direita ao considerar a quantidade de perfis, os vídeos publicados e o alcance obtido. Já no Instagram e no Facebook, há um maior equilíbrio entre os segmentos da extrema-direita e esquerda, ao considerar a quantidade de perfis monitorados, assim como o número de publicações. Em relação à quantidade de seguidores dos perfis e de interações angariadas, a extrema-direita obtém mais destaque. É possível perceber diferenças, ainda, em relação ao tipo de canal e perfil constituinte deste universo analisado. Enquanto no YouTube há um predomínio de mídias, blogs transpostos para a linguagem de vídeos e programas, no Facebook e no Instagram, perfis de políticos e jornalistas ganham mais relevância.



0 1 0 1 0 1 0 1 0
1 0
0 1 0
1 0 1 0 1 0 1
0 1 0 1 0 1
1 0
0 1 0 1 0 1 0 1 0
1 0
0 1 0

HACKEAMENTO GOVERNAMENTAL E A SEGURANÇA NO PROCESSO ELEITORAL

Rodolfo Avelino

HACKEAMENTO GOVERNAMENTAL E A SEGURANÇA NO PROCESSO ELEITORAL



Rodolfo Avelino



FOTO: DOMÍNIO PÚBLICO POR ABDIAS PINHEIRO



As rotinas profissionais e as mobilizações sociais, mais do que nunca, dependem da internet e dos telefones celulares para realizarem seus trabalhos. Em períodos eleitorais se tornaram o principal instrumento para divulgação de notícias, desinformação e perseguições.

As tecnologias digitais possibilitam a observação unilateral na qual governos e modelos de negócios dependentes de dados monitoram comportamentos e impõem controles aos cidadãos.

O advento da Internet acentuou as práticas ilícitas promovendo assim, novas vias para os crimes digitais. Aliado com os aparatos técnicos, viabilizou-se novos métodos para monitorar comportamentos sem a necessidade de grandes investimentos para que o trabalho dos espões possa ser realizado. Além disso, os equipamentos digitais são ativamente explorados por outras ameaças como criminosos e simpatizantes do fascismo para atingir ativistas, jornalistas e defensores de direitos humanos.

Esta nova prática promovida, majoritariamente, por ferramentas e aplicativos sociais, faz do compartilhamento uma virtude e os dados expostos em plataformas sociais uma grande fonte de dados para as práticas de perseguição. Traçar os limites da privacidade instituiu-se como um dos maiores desafios contemporâneos. Segundo o relatório do Pew Research Center, que relata “o estado da privacidade na América pós Edward Snowden”¹, “91% dos adultos concordam ou concordam fortemente que os consumidores perderam o controle de como as informações pessoais são coletadas”.

Muitos riscos poderiam ser mitigados a partir de comportamentos simples no trato com as

DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS CONECTADOS À INTERNET PORTAM ESPONTANEAMENTE UM CONJUNTO DE VULNERABILIDADES QUE PERMITEM AMEAÇAS CIBERNÉTICAS ACESSAREM AS MAIS DIVERSAS INFORMAÇÕES E COMPORTAMENTOS ARMAZENADOS.

ferramentas tecnológicas e pelo aumento da maturidade em cultura de segurança digital. Um dos primeiros passos para evoluirmos na cultura de segurança é identificarmos possíveis ameaças que possam causar algum tipo de risco pessoal ou institucional. Ainda, não podemos confiar completamente na tecnologia. Devemos adotar cuidados básicos como não clicar em links antes de ter certeza de que se trata de algo original e evitar o excesso de compartilhamento de informações e atividades nas redes sociais.

Dispositivos eletrônicos conectados à Internet portam espontaneamente um conjunto de vulnerabilidades que permitem ameaças cibernéticas acessarem as mais diversas informações e comportamentos armazenados. Os smartphones se tornaram o principal instrumento de vigilância ativamente explorados por regimes autoritários para atingir ativistas de direitos humanos. Aplicativos com ações

maliciosas como PhoneSpy e Pegasus, são capazes de controlar o smartphone e acessar as informações de um celular de forma irrestrita. Os aplicativos contra softwares maliciosos (antivírus ou anti malwares), são incapazes de eliminar a maioria de softwares espões.

Cada vez mais, os atores estatais recorrem a provedores de serviços de vigilância contratados para perseguir defensores dos direitos humanos e infectá-los com malwares para vigiá-los. No Brasil por exemplo, a série de reportagens publicadas pelo portal de notícias UOL revelaram a interferência do vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, na licitação 03/21, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$ 25,4 milhões, para contratar o programa de espionagem Pegasus².

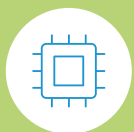
É possível citar outros exemplos em que softwares espões são utilizados para a violação de direitos e segurança. A Anistia International revelou que o grupo proeminente de defensores dos direitos humanos de Togo foi submetido a atos de furto de dados pessoais por um grupo de cibercriminosos indianos, chamado Donot Team³. Em mais um caso, o membro da Comissão Eleitoral Metropolitana e apoiador do partido opositor do governo húngaro László Vértesy foi alvo do spyware Pegasus. De acordo com o relatório do Direkt36, dois números de telefone de Vértesy fazem parte do banco de dados vazado de mais de 50.000 números contendo alvos selecionados da empresa israelense NSO Group que comercializa o software espião Pegasus⁴. Na Polônia, um suposto uso do Pegasus pelo governo contra um parlamentar da oposição levantou questões sobre a legitimidade das eleições parlamentares de 2019 naquele país⁵.

Casos de perseguição e espionagem se intensificam em períodos eleitorais. Ataques a grupos e perfis de redes sociais são algumas das práticas usadas



SINAIS DE QUE UM DISPOSITIVO FOI HACKEADO

Computador/smartphone apresenta lentidão demasiada constante. Ocasionalmente janelas (pop ups) e sites aleatórios surgem ao navegar na Internet.



O que fazer?

Formatar o equipamento restaurando suas configurações a qualquer suspeita de infecção maliciosa. Sempre realizar as atualizações de segurança disponibilizadas pelos fabricantes.

para prejudicar candidatos defensores de direitos humanos, LGBTQIA+, movimentos feministas e movimentos antirracistas. No Brasil um dos casos mais conhecidos em 2018 foi contra o grupo no Facebook denominado “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” dando conta de eventos como clonagem de linhas telefônicas, invasão de contas de e-mail, alteração de dados cadastrais de perfis na rede social Facebook e alteração do nome do grupo para “Mulheres COM Bolsonaro #17”.

Ainda em 2018, a coligação “Vamos sem medo de mudar o Brasil” constituída pelos partidos Psol e PCB, entrou com uma ação de investigação judicial eleitoral no TSE para o esclarecimento da suposta invasão do perfil “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”⁶. No entanto, falta uma ação estruturada entre os partidos políticos para tratar os crimes digitais e de vigilância de caráter político. Os projetos com mais destaques estão relacionados tão só a crimes de desinformação.

Diversos veículos de comunicação mundial alertam para os riscos à democracia e ao processo eleitoral

brasileiro. Declarações e ameaças tentam minar a confiança no sistema eleitoral, a liberdade de expressão e a independência judicial nacional. O sistema eleitoral brasileiro é referência mundial, se considerarmos soluções digitais e um dos principais instrumentos do processo democrático. Assim, para que este processo seja considerado confiável, ele deve ser seguro e resiliente o suficiente para garantir a segurança cibernética dos sistemas e equipamentos que respaldam sua infraestrutura. Entretanto, a desinformação antes, durante e pós eleição comprometem a confiança pública, bem como a própria democracia.

Para acompanhar investigações sobre ação de hackers contra o processo eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral criou em 2020 a Comissão de Segurança Cibernética do TSE⁷. A Comissão também tem o objetivo de elaborar estudos sobre ações de prevenção e enfrentamento de ilícitos decorrentes da ação de hackers.

Com o objetivo de diminuir o vácuo de informação no decorrer de um incidente de segurança que

permite detratores do processo democrático eleitoral, de forma intencional, relatarem imprecisamente o impacto de um episódio, o TSE criou a página “Situação atual dos serviços digitais do TSE”⁸, na qual é possível verificar imediatamente se os seus serviços estão em pleno funcionamento (disponível) ou indisponível (fora do ar), bem como se apresenta alguma instabilidade de rede ou, ainda, se está passando por uma manutenção programada.

Não há soluções técnicas para a escala crescente do cibercrime e seu impacto no processo democrático eleitoral. Entretanto, respostas de médio e longo prazo devem ser consideradas e implementadas. A comunicação rápida e eficaz é um componente essencial de uma forte resposta a incidentes de segurança cibernética. Planos de comunicação de incidentes sólidos fornecem mecanismos para notificar e coordenar rapidamente

as partes interessadas. Essas medidas contribuem e ajudam a minimizar os danos à reputação de um processo eleitoral democrático e minimizar as lacunas na comunicação.

Já defensores de direitos humanos, movimentos sociais e ativistas devem investir em processos de formação coletiva, construindo a consciência necessária e competências para a segurança digital.

Não há regulamentações sobre a venda ou transferência de softwares espões e a falta de transparência no setor impede a responsabilização. Sem regulamentos e transparência, este tipo de software continuará sendo usado como instrumento de perseguição por Estados autoritários e repressivos. Neste sentido, partidos e candidatos devem promover medidas e mecanismos adequados para proteção legal e regulatória e assim fortalecer e garantir o Estado democrático de direito.

1. PEW RESEARCH CENTER. The state of privacy in post-Snowden America. 21/09/2016. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2016/09/21/the-state-of-privacy-in-america/>. Acesso em 15/06/2022.

2. VALENÇA, Lucas. Além do Pegasus, Carlos Bolsonaro queria sistema para monitorar o Planalto. Site UOL, 03/08/2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/08/03/alem-do-pegasus-carlos-bolsonaro-previa-sistema-para-monitorar-planalto.htm>. Acesso 10/06/2022.

3. PAGANINI, Pierluigi. Donot Team targets a Togo prominent activist with Indian-made spyware. Site Security Affairs, 11/10/2021. Disponível em: <https://securityaffairs.co/wordpress/123205/intelligence/donot-team-apt-surveillance-togo.html>. Acesso em 20/06/2022.

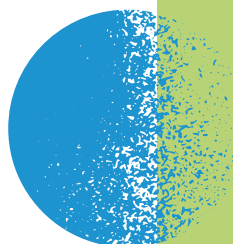
4. CSERESNYÉS, Péter. Direkt36: Member of the Metropolitan Electoral Commission Also on Pegasus Surveillance List. Site Hungary Today, 29/01/2022. Disponível em: <https://hungarytoday.hu/direkt36-laszlo-vertesy-metropolitan-electoral-commission-pegasus-surveillance-list/>. Acesso em 15/06/2022.

5. Poland's phone spyware scandal raises doubts over 2019 election. Disponível em: <https://techcrunch.com/2022/01/11/poland-nso-pegasus-election/>. Acesso em 15/06/2022.

6. Tribunal Superior Eleitoral. Ação de Investigação Judicial Eleitoral Coligação Vamos sem Medo de Mudar o Brasil (Psol/Pcb). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1190994976/tse-04-07-2022-pg-7>. Acesso em 08/07/2022.

7. Tribunal Superior Eleitoral. TSE institui comissão presidida por Alexandre de Moraes para acompanhar investigações sobre ação de hackers contra o processo eleitoral. Site TSE, 19/11/2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Novembro/tse-institui-comissao-presidida-por-alexandre-de-moraes-para-acompanhar-investigacoes-sobre-acao-de-hackers-contr-o-processo-eleitoral>. Acesso em 10/06/2022.

8. Situação atual dos serviços digitais do TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/situacao-atual-dos-sistemas>. Acesso e, 10/06/2022.



Rodolfo Avelino

É professor do Insper e especialista em cibersegurança. Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Membro do Coletivo Digital, do conselho consultivo da Artigo 19 e da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits)



09

ARTIGO

PENSAR LOCAL: A ALTERNATIVA PARA A SAÍDA DA CRÍSE

Debora Pio e Isabele Aguiar

1 0 1 0
0 1 0
1 0 1 0
0 1 0 1 0

PENSAR LOCAL: A ALTERNATIVA PARA A SAÍDA DA CRÍSE



Debora Pio



Isabele Aguiar



CC BY-ND 2.0



**PARTICIPANTES
DE FORMAÇÃO DO
GATO MÍDIA.**

FOTO: BIRA CARVALHO /
GATO MÍDIA - DECOLONIZE
YOUR EYES PHOTOS

A Zona Oeste é o maior reduto eleitoral do município do Rio de Janeiro. Com seus 40 bairros, que possuem também os menores IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) da cidade, a região é muito cobiçada por políticos, sobretudo durante o período eleitoral. A cada dois anos é comum que surjam projetos e iniciativas focadas na população mais vulnerável, mas que desaparecem logo depois das eleições.

Geralmente estas iniciativas de curto prazo não estão organizadas para se tornarem políticas públicas: são ações imediatistas, como distribuição de cestas básicas, organização de torneios esportivos, asfaltamento de ruas, realização de reparos em praças, prestação de serviços médicos e odontológicos e até distribuição de dinheiro.

A pandemia da Covid-19 foi um dos fatores que mostrou a inconsistência dessas iniciativas, uma vez que elas não tiveram uma atuação célere diante da emergência sanitária. Já nos primeiros meses de 2020, a situação de internações, mortes e da pobreza aumentou vertiginosamente. Diante da total ausência e descaso do Estado para lidar com a crise, foram os coletivos e lideranças locais - que têm atuação perene nas comunidades - os primeiros a se organizarem para oferecer ajuda imediata àqueles que ficaram mais vulneráveis.

Além de realizarem vaquinhas e arrecadar dinheiro para comprar e distribuir alimentos e itens de higiene e limpeza, esses coletivos também se empenharam em ações de conscientização sobre

como se proteger do vírus - tanto nas ruas quanto via whatsapp e redes sociais - fazendo a informação chegar de forma rápida e clara para quem estava sofrendo as consequências do agravamento das desigualdades.

Enquanto isso, notícias falsas sobre a doença se espalhavam pelas redes sem o menor controle. Algumas delas falavam sobre tratamentos mirabolantes (sem comprovação científica), outras alertavam sobre origens fictícias do vírus e muitas diminuía a gravidade da situação que o mundo estava atravessando. A situação ficou ainda mais complicada uma vez que o espalhamento destas fake news fazia parte da própria estratégia de governo para lidar com a pandemia - muitos governadores e prefeitos apoiadores do governo federal embarcaram na ideia e atrasaram a adoção de medidas para conter a crise. No dia 24 de março de 2020, em pronunciamento oficial na televisão, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que a Covid-19 não passava de uma "gripezinha", colocando em dúvida todos os protocolos que vinham sendo adotados pelas autoridades de saúde.

Estas fake news, compartilhadas à exaustão nas redes sociais têm suas consequências sentidas até hoje, desde a dificuldade da vacinação de toda a população, até na falta de crença que alguns ainda têm sobre a gravidade do Coronavírus, apesar das mais de 670 mil mortes entre 2020 e 2022 (Painel Coronavírus Brasil).

Por outro lado...

Enquanto o Estado se manteve omissor e preocupado em divulgar desinformação, as organizações de base comunitária começaram a produzir dados demográficos sobre estas comunidades, como número de infectados, mortes, taxas de desemprego etc.

COLETIVOS DO RIO DE JANEIRO QUE FIZERAM A DIFERENÇA DURANTE A PANDEMIA:

Alguns exemplos se destacaram, como o Coletivo Papo Reto, do Complexo do Alemão, que criou um gabinete de crise e organizou a distribuição de insumos para o conjunto de favelas ao longo de seis meses; o LabJaca, do Jacarezinho, responsável por criar o Painel Unificado das Favelas, demonstrando que a situação de infectados e doentes era muito mais grave do que o governo vinha contabilizando; FalAkari, que atuou especificamente com mães e crianças que ficaram desamparadas e União Coletiva Zona Oeste, que arrecadou alimentos para famílias de Santa Cruz, Paciência e Sepetiba.

Na Vila Kennedy, bairro localizado a 40 km do centro do Rio de Janeiro, o coletivo Casa de Aya foi uma das organizações que atuou de forma permanente ao longo da fase crítica da pandemia, tanto distribuindo cestas básicas, quanto fazendo levantamento de dados socioeconômicos sobre o território.

Nesta localidade, entre 2020 e 2021 foram entrevistadas 177 pessoas - a maioria delas beneficiárias da distribuição de cestas básicas. O que mais chamou a atenção foi a predominância de mulheres chefes de família (70%); famílias que

não recebiam bolsa-família ou qualquer auxílio do governo (57%); pessoas desempregadas ou em empregos informais (58%) e autodeclaradas negras (84,5%). Sobre educação, a maior parte das famílias não atendeu às aulas remotas oferecidas pelas escolas por falta de infraestrutura de internet em casa (Agenda Vila Kennedy 2030).

O bairro pode ser considerado um microcosmo do que acontece em muitas outras comunidades do Rio de Janeiro. Dados levantados por coletivos de bairros como Santa Cruz, Realengo, Complexo do Alemão e Jacarezinho demonstram resultados parecidos. Outro fator agravante desta desigualdade é a violência.

Marcada pelas disputas de facções, o que faz com que haja conflitos constantes, a Vila Kennedy ainda funcionou, entre os anos de 2018 e 2019, como um dos laboratórios da Intervenção Federal. O legado deixado foi apenas mais violência e sensação de insegurança para os moradores, cenário propício para a atuação de projetos eleitoreiros, forjados de “empresas”; que prometem segurança privada para pessoas que sequer são atendidas por políticas públicas básicas, como educação, transporte e saúde.

O que esperar de 2022?

Em 2018, o Rio de Janeiro votou em massa para eleger Jair Bolsonaro. Neste mesmo pleito, Wilson Witzel (PSC) foi eleito para o cargo de governador. Até então ele era um juiz desconhecido pelo grande público que surfou na onda do bolsonarismo, desinformação e “anti-política”, em alta na época. Em 2021, ele sofreu um impeachment e foi substituído por seu vice, Cláudio Castro (PL), também alinhado às ideias conservadoras e ao governo federal.

O legado deste caos político somado à pandemia no Rio é um quadro de 14,9% de desemprego (IBGE,

2022), crises climática, social e econômica em níveis alarmantes. Além disso, no último ano a cidade foi palco de duas chacinas mais sangrentas da história: Jacarezinho, com 28 mortos; e Penha, com 25 mortos. O fato assustador é que esta barbárie faz parte da tática de Castro, que tem conseguido imenso apoio popular com o discurso falacioso de “eliminar bandidos”.

Para este ano, as disputas de narrativas serão predominantes, as campanhas voltam às ruas e há algumas urgências a serem tratadas. Depois da perda de mais de 600 mil vidas durante a pandemia e ter alcançado o índice estonteante de mais de 33 milhões de pessoas passando fome (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), o projeto prioritário para qualquer candidatura deve ser aquele que remeta à vida e às possibilidades de futuro para as pessoas - sobretudo as mais pobres - fora da crise.

E ainda: também não deve haver tolerância para violência política e nem fake news. Dados do Observatório da Violência Política e Eleitoral, da Unirio, dão conta que o Rio de Janeiro lidera o ranking deste tipo de violência, com 14 casos somente em 2022. Ela significa “qualquer tipo de agressão que tenha o objetivo de interferir na ação direta das lideranças políticas, como limitar atuação, silenciamento, imposição de interesses e eliminação de oponentes”.

Sobre as fake news, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adotou algumas medidas, sendo a principal delas o Programa de Combate à Desinformação do Supremo Tribunal Federal (PCD/STF), que envolverá 35 instituições, entre entidades de classe, universidades públicas e empresas de tecnologia.

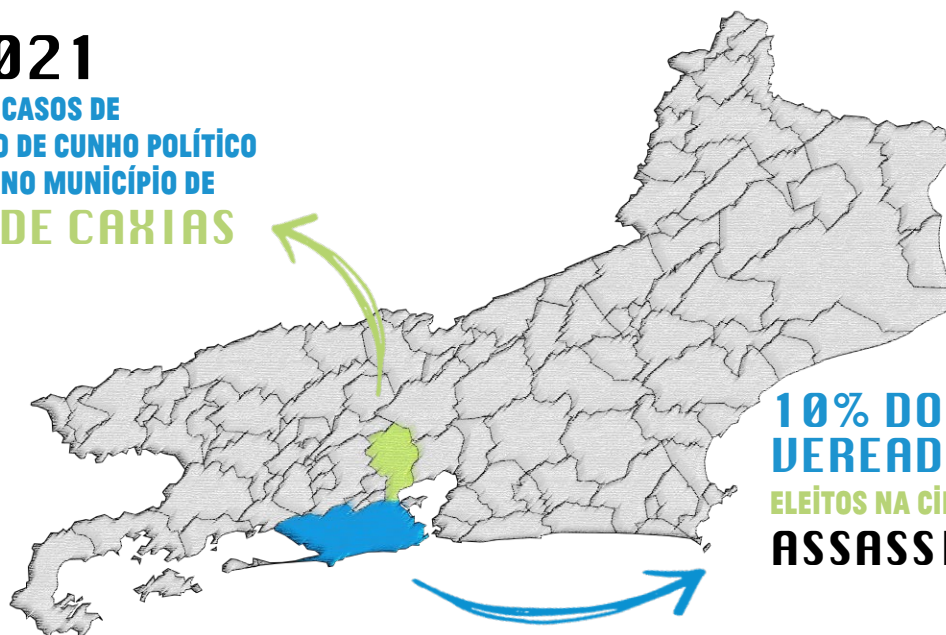
No mais, as agendas de combate à fome, de justiça de gênero, climática e racial devem orientar os

VIOLÊNCIA CONTRA LÍDERES LOCAIS

DE ACORDO COM O MAPEAMENTO REALIZADO O
RIO DE JANEIRO É O ESTADO **MAIS VIOLENTO**

EM 2021

**METADE DOS CASOS DE
ASSASSINATO DE CUNHO POLÍTICO
OCORRERAM NO MUNICÍPIO DE
DUQUE DE CAXIAS**



**10% DOS
VEREADORES
ELEITOS NA CIDADE FORAM
ASSASSINADOS**



**PERNAMBUCO,
SÃO PAULO, MINAS
GERAIS E BAHIA**

**SEGUEM O RIO DE JANEIRO NO TOPO
DO RANKING DA VIOLÊNCIA POLÍTICA.**

**AS INVESTIGAÇÕES POLICIAIS INDICAM O
ENVOLVIMENTO DE MILÍCIANOS NESTES CASOS.**



**FORÇA-TAREFA
PARA COMBATER
AS MILÍCIAS**

**A POLÍCIA CIVIL JÁ PRENDEU QUASE
1.000 PESSOAS**



**CASOS DE MORTE
SEM SOLUÇÃO**

BERÉM DO PILAR (2016)

MARIELLE FRANCO (2018)

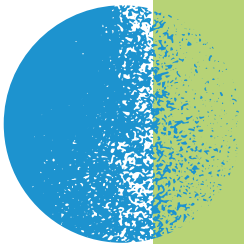
Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral, da Unirio.

projetos de governo. E é a partir dos territórios que surgem possibilidades para virar o jogo. Uma série de iniciativas locais têm se organizado para elaborar propostas de presente e futuro para seus territórios. As Agendas Locais, capitaneadas pela Casa Fluminense, reúnem o que vem sendo pensado a partir destas localidades.

Realizadas por grupos organizados de Duque de Caxias, Itaboraí, Japeri, Magé, Maré, Queimados, Realengo, Santa Cruz, São Gonçalo, São João de Meriti e Vila Kennedy, as Agendas Locais apresentam algumas soluções para problemas cotidianos vivenciados pelos moradores, como saneamento, saúde, transporte, educação, segurança etc. Tudo

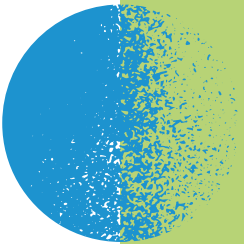
pensado por quem vive nestas áreas e enxerga saídas viáveis para problemas históricos.

“Nada sobre nós sem nós” é a premissa máxima desta iniciativa. Diante da situação de agravamento cruel das desigualdades, de nada adiantam projetos mirabolantes que não tenham como horizonte escutar e compreender o que os saberes locais já vêm pedindo há décadas. Organizar políticas públicas que garantam alimentação, acesso a oportunidades e dignidade para as pessoas é o mínimo - e isto já está organizado nestes documentos. Basta vontade política para realizá-las. Para 2022 esta é a aposta que precisa ser feita.



Debora Pio

É doutoranda em Comunicação e Cultura pela UFRJ, pesquisadora do MediaLab.UFRJ, conselheira da Rede Lavits e da Casa Fluminense e integrante do coletivo Casa de Aya.



Isabele Aguiar

É graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua como Assistente de Projetos no Centro de Promoção da Saúde - CEDAPS Brasil, desenvolvendo atividades de assessoria a grupos, associações e movimentos sociais; Co-facilitação de curso de elaboração e gestão de projetos sociais para aplicação da metodologia institucional; Pesquisa de campo, mobilização social; grupos focais e facilitação de oficinas. Atua no Movimento Estamos TodEs em Ação – META BRASIL, pela luta dos direitos das pessoas com deficiência em diversos países da América Latina. Faz parte do Coletivo Casa de Aya, localizado na Comunidade de Vila Kennedy, atuando como produtora cultural, tesoureira e articuladora local e institucional.



0 1 0 1 0 1 0 1 0
1 0
0 1 0
1 0 1 0 1 0 1
0 1 0 1 0 1
1 0
0 1 0 1 0 1 0 1 0
1 0
0 1 0

UM PASSO ATRÁS: A RELEVÂNCIA DO COMBATE AOS ILÍCITOS DE DADOS NAS ELEIÇÕES

Rafael A. F. Zanatta, Pedro Saliba e Gabriela Vergili

UM PASSO ATRÁS: A RELEVÂNCIA DO COMBATE AOS ILÍCITOS DE DADOS NAS ELEIÇÕES



I. DESINFORMAÇÃO, ECOSISTEMA INFORMACIONAL E DISPAROS EM MASSA

Desde o escândalo Cambridge Analytica em 2018, as relações entre proteção de dados pessoais, processos eleitorais e democracia passaram a ser vistas com mais ênfase, cuidado e atenção.¹ A possibilidade de extração de uma vasta quantidade de dados pessoais para construção de perfil psicométricos com alta capacidade preditiva, e possibilidade concreta de influência na escolha de um candidato a partir de técnicas de propaganda e modulação comportamental, trouxe um conjunto novo de preocupações, como a possibilidade de um partido apresentar “narrativas distintas” a partir da modulação por *micro-targeting* ou a extração ilícita de dados pessoais para “inferência de preferências políticas e sensíveis”².



Gabriela Vergili



Pedro Saliba



Rafael A. F. Zanatta

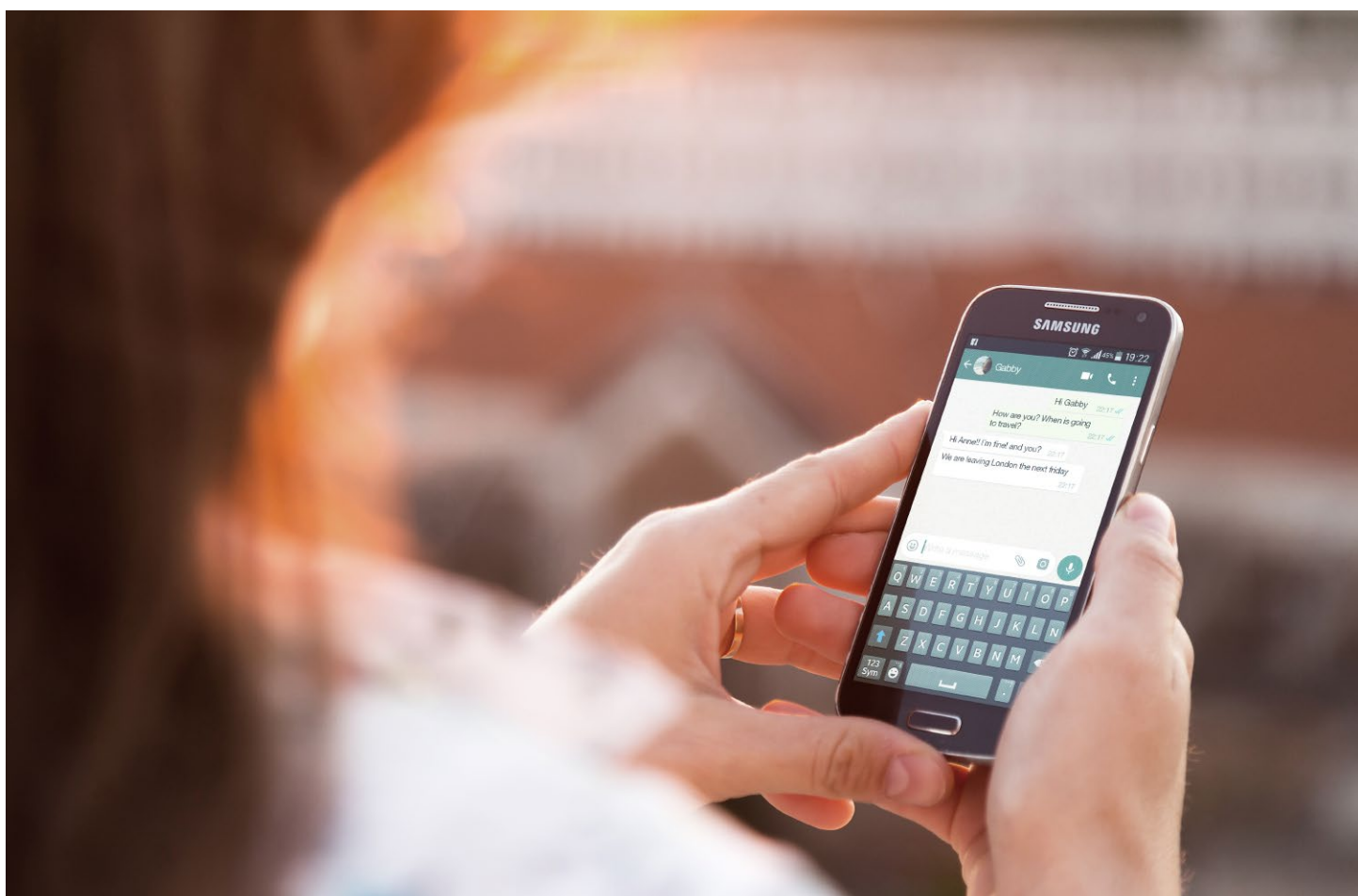


FOTO:SHUTTERSTOCK.COM

No Brasil, já se discutia, há quatro anos, que o Facebook não teria um papel central a desempenhar nas eleições, considerando a força monumental do Whatsapp e outras plataformas de comunicação. Os hábitos de uso de Internet e condições sociais dos brasileiros configuraram cenário distinto. Ao analisar a estratégia de campanha de Bolsonaro em 2018, Rafael Evangelista e Fernanda Bruno argumentaram que o atual presidente mobilizou uma “estratégia de comunicação específica”³, baseada no uso intenso de redes sociais, de grandes grupos de Whatsapp, de *micro-targeting* e desinformação para atingir diferen-

tes grupos e uma combinação nem sempre coordenada com usos de múltiplas plataformas. Francisco Brito Cruz e Mariana Valente também ressaltaram a *característica descentralizada de desinformação*, que combina elementos de trabalho de comunicação profissionalizado (como produção de memes e vídeos e disparos automáticos de mensagens) e um conjunto amplo de “repassadores de conteúdos”⁴.

O “populismo digital”⁵ de Jair Bolsonaro tem se alimentado de um intenso uso do Whatsapp, da multiplicidade de grupos em operação e das relações

desse com um “ambiente de mídia mais amplo”, como Facebook, Twitter, YouTube, Telegram e outras plataformas, como argumenta Letícia Cesarino. Tal populismo se alimenta, ainda, de um “ambiente entrópico” da própria Internet, na qual imagens, slogans e jargões circulam rápido, sem referência à fonte original, de forma ambígua e com eficácia performativa. O Whatsapp se tornou, assim, plataforma adequada para impossibilidade de discernimento entre “ironia e sinceridade, piada e conteúdo sério, conteúdo autêntico ou falso”⁶. Instrumento poderoso. Paradoxalmente, as regras eleitorais sobre “impulsioneamento” de conteúdo eleitoral em 2018 foram construídas para plataformas como Facebook e ignoraram o papel desempenhado pelo Whatsapp, não obstante o alerta de pesquisadores.⁷

Uma das agendas de contenção da desinformação e da propaganda eleitoral irregular é a limitação do uso de bases de dados para disparo automático de mensagens e a combinação das regras da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) com as normas sobre propaganda eleitoral. A premissa por trás dessa agenda é simples: é possível *cortar pela raiz* o mal da economia política da desinformação, durante o período eleitoral, por meio de uma atuação incisiva da Justiça Eleitoral na licitude no uso de dados pessoais. Para tanto, é preciso aprender com erros do passado.

ii. AS LIÇÕES DE 2018

Em outubro de 2018, Patrícia Campos Mello revelou a operação de empresas de disparos automáticos de mensagens (Quickmobile, Yacows, Croc Services e SMS Market) que ofereciam serviços para mobilizar eleitores pelo Whatsapp. Por trás da engrenagem de desinformação, estava a utilização ilícita de bases de dados. Suspeitou-se, na época, que empresários como Luciano Hang, da empresa Havan, estariam

alocando recursos nessas empresas para promover disparos automáticos de mensagens contrárias ao Partidos dos Trabalhadores.⁸

Na época, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) fez uma representação perante o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) para que ocorresse a abertura de inquérito civil e investigação sobre as violações dos direitos fundamentais dos consumidores. Dentre os pedidos, estavam o recebimento da representação, a abertura de inquérito com “oportunidade de participação de entidades civis especializadas e jornalistas que cobrem o setor de eleições e tecnologia”, a oitiva de representantes de empresas e ampla divulgação da abertura do inquérito civil e colaboração com outros órgãos de investigação.⁹ A representação mostrou-se infrutífera. Na época, a LGPD não estava em vigor. Tampouco existiam regras específicas de proibição do disparo automático de mensagens, como ocorre atualmente com a Resolução n. 23.671/2021 do TSE.

Em fevereiro de 2020, em depoimento para a CPI das Fake News no Congresso Nacional, Hans River do Nascimento, ex-funcionário da empresa Yacows, admitiu que a empresa utilizou milhares de CPFs, sem consentimento dos titulares, para habilitação de chips de telefones celulares, que eram utilizados para disparos de mensagens.¹⁰

iii. AS OPORTUNIDADES DE 2022

Após longo trabalho de incidência feito por organizações da sociedade civil, como InternetLab e Data Privacy Brasil, que defenderam um “regime de proteção de dados atento às especificidades do processo eleitoral”¹¹, o Tribunal Superior Eleitoral atualizou as normas sobre propaganda eleitoral na Internet. Sob condução do ministro Edson Fachin, o TSE realizou

audiências públicas para aprimorar as normas que regem as Eleições Gerais de 2022, formulando regras claras sobre a vedação de “doação ou cessão de dados pessoais” em favor de candidatos, partidos políticos, federações ou coligações, a obrigatoriedade de identificação completa do remetente de mensagens instantâneas, o direito de solicitação de descadastramento e eliminação dos dados pessoais, bem como o ilícito de “disparo em massa” sem consentimento por meio de serviços de mensagem ou provedor de aplicação na internet.

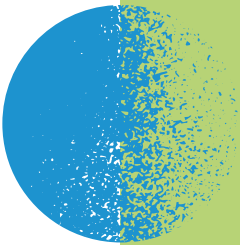
Tais normas dialogaram com as preocupações da sociedade civil, em especial: (i) a definição de competência da Justiça Eleitoral para aplicação da LGPD em atividades realizadas por candidatos e partidos, (ii) a criação de instâncias de cooperação entre Justiça Eleitoral e Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais, (iii) a reformulação das normas sobre bases legais de tratamento de dados em processos eleitorais, (iv) a afirmação explícita de direitos dos titulares mediante propagandas eleitorais, (v) a aplicação do princípio da transparência, (vi) o redesenho do sistema de prestação de contas nas atividades de tratamento de dados nas campanhas, (vii) a obrigatoriedade de partidos possuírem programa de governança de dados e (viii) regras específicas sobre a indicação de encarregado.

Se o mesmo cenário denunciado por Patrícia Campos Mello em 2018 ocorresse hoje, a situação seria muito distinta. Primeiro, pois há o reconhecimento do direito constitucional à proteção de dados pes-

soais,¹² atualmente previsto no art. 5º da Constituição Federal. Segundo, pois a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais está em vigor há dois anos, sendo internalizada em diversas resoluções do TSE, criando pontes entre os regimes jurídicos.¹³ Terceiro, pois os disparos automáticos de mensagens seriam imediatamente identificados como ilícitos eleitorais, nos termos do direito eleitoral. Quarto, pois há uma clara definição de competência da Justiça Eleitoral para analisar ilícitos de dados pessoais em contextos eleitorais. Cabe ao Ministério Público Eleitoral agir com tutelas de urgência para que o Judiciário possa determinar a eliminação dos ilícitos eleitorais.

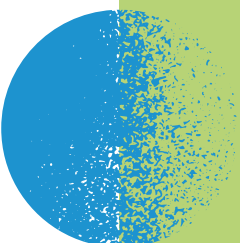
A engrenagem dos disparos em massa consiste em obter amplas bases de dados de empresas por meio de *data brokers* e vazamentos por funcionários de grandes empresas, criar soluções em *software* para gestão de grupos de Whatsapp e Telegram, e venda de disparos pela quantidade de pessoas atingidas. Tais condutas são proibidas pelo direito. Agir em ato contrário ao direito implica em transgredir as normas, o que exige ação enérgica, ágil e eficaz da Justiça Eleitoral. Se avançarmos nesse ponto – e fazermos as regras construídas democraticamente valerem nessas eleições – teremos uma vitória coletiva. Evidentemente que isso não soluciona os problemas maiores da desinformação e do discurso de ódio. Porém, auxilia em processos comunicacionais íntegros e na contenção de mercados paralelos, baseados em usos ilegais de dados pessoais, que corrompem o processo democrático.

1. BENNETT, Colin J.; LYON, David. Data-driven elections: implications and challenges for democratic societies. *Internet Policy Review*, v. 8, n. 4, 2019.
2. BORGES, Frederik Z. et al. Online Political Microtargeting: promises and threats for democracy, *Utrecht Law Review*, v. 14, 1, 2018, p. 87.
3. EVANGELISTA, Rafael; BRUNO, Fernanda. WhatsApp and political instability in Brazil: targeted messages and political radicalisation. *Internet Policy Review*, v. 8, n. 4, p. 1-23, 2019.
4. BRITO CRUZ, Francisco; VALENTE, Mariana. É hora de se debruçar sobre a propaganda em rede de Bolsonaro, *El País*, 18 de outubro de 2018.
5. CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil, *Internet & Sociedade*, v. 1, n. 1, 2020, p. 91-120.
6. CESARINO, Letícia. How social media affords populist politics: remarks on liminality based on the Brazilian case, *Trabalho Linguístico Aplicado*, Campinas, n. 59, v. 1, jan-abril, 2020, p. 420.
7. SOLANO, Esther; BRITO CRUZ, Francisco; MARTINS, Helena; BRANT, João; VALENTE, Mariana; ZANATTA, Rafael. Secretos y mentiras: WhatsApp y las redes sociales en las elecciones presidenciales de Brasil en 2018, *Centro de Estudios en Libertad de Expresión y Acceso a la Información*, Universidade de Palermo, Mayo, 2019.
8. BRITO CRUZ, Francisco; VALENTE, Mariana. É hora de se debruçar sobre a propaganda em rede de Bolsonaro, *El País*, 18 de outubro de 2018.
9. IDEC, Representação para abertura de Inquérito Civil Público, São Paulo: Idec, 2018. Disponível em: http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2018/10/PJ_22.10-idec.pdf
10. VASCONCELLOS, Jorge; CALCAGNO, Luiz. CPMI das Fake News pede para MP investigar depoente, *Correio Braziliense*, 10 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/14/interna_politica,827876/cpmi-das-fake-news-pede-para-mp-investigar-depoente.shtml
11. INTERNETLAB et al. Proteção de dados pessoais e eleições: relatório de recomendações para o quadro brasileiro atual. São Paulo: InternetLab, 2021. Disponível em: https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2021/07/relatorio_recomendacoes_ok_23072021-1.pdf
12. SARLET, Ingo Wolfgang; SAAVEDRA, Giovani Agostini. Fundamentos Jusfilosóficos e Âmbito de Proteção do Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais. *Revista Direito Público*, 2020. ZANATTA, Rafael et al. Os Dados e o Vírus: Tensões jurídicas em torno da adoção de tecnologias de combate à Covid-19. *Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça*, v. 14, n. 1, p. 231-256, 2020.
13. BRITO CRUZ, Francisco; MASSARO, Heloisa. Dados pessoais em campanhas políticas: a construção de uma ponte entre proteção de dados pessoais e regulação eleitoral, in: MENDES, Laura et al. *Tratado de Proteção de Dados Pessoais*. Rio de Janeiro: Forense, 2021.



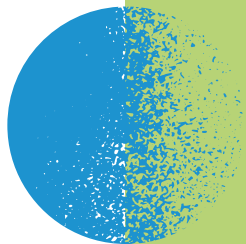
Gabriela Vergili

Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Advogada. Foi pesquisadora na Escola Data Privacy Brasil em 2019. Desde 2020, é pesquisadora da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, tendo atuado nos projetos Os Dados e o Vírus, Novas Fronteiras dos Direitos Digitais e Tecnoautoritarismo. É pesquisadora do projeto Eleições, Desinformação e Ilícitos de Dados.



Pedro Saliba

Advogado e sociólogo, mestre em Sociologia e Antropologia pelo PPGSA/UFRJ. Pesquisas na interseção entre proteção de dados pessoais e poder público, especialmente na área de segurança e vigilância. Foi pesquisador do Laboratório de Estudos Digitais (LED/UFRJ). É pesquisador na Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa desde 2020, tendo atuado nos projetos Novas Fronteiras dos Direitos Digitais e Transparência, Democracia e Proteção de Dados. É líder do projeto Eleições, Desinformação e Ilícito de Dados.



Rafael A. F. Zanatta

Diretor da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa. É mestre pela Faculdade de Direito da USP e doutorando pelo Instituto de Energia e Ambiente da USP. Mestre em direito e economia pela Universidade de Turim. Foi aluno do Curso de Políticas e Direito da Privacidade da Universidade de Amsterdam (2018). Foi pesquisador visitante da The New School (2021). É Membro do Conselho Consultivo da Rede Latino-Americana de Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits) e do Instituto Brasileiro de Responsabilidade Civil (Iberc). É membro efetivo da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB de São Paulo (2022-2025).



1 0 1 0
0 1 0 1 0
1 0 1 0 1 0 1 0 1
0 1 0 1 0 1 0 1
1 0 1 0
0 1 0 1 0 1 0 1 0 1 0
1 0 1 0
0 1 0 1 0

GLOSSÁRIO:



| Algoritmo

Algoritmo é um termo matemático cuja origem se encontra, de acordo com historiadores, na obra de Abu Já'far Muhammad Ibn Musa Al-Khwarizmi (Bagdá, 780-850). Outra possibilidade seria a influência da própria palavra número em grego: arithmós. O conceito consiste em uma sequência padronizada de ações precisas, cujo objetivo é solucionar um problema determinado. Portanto, o algoritmo representa uma sequência finita de operações específicas criadas para cumprir uma tarefa determinada. É comum dizermos que um algoritmo funciona como uma receita de bolo: com a receita outra pessoa pode fazer o bolo, existe uma ordem para executar as ações e algumas ações devem esperar outras terminarem.

| Aprendizado profundo

Aprendizado profundo (ou *deep learning*, em inglês) é uma função da Inteligência Artificial (IA), que condiz com um tipo de aprendizagem de máquina, conhecida como *machine learning*. A partir de processamentos algorítmicos de dados não estruturados e não rotulados, correspondentes a diferentes níveis de representação e abstração, o aprendizado de máquina, por meio de redes neurais, busca compreender e criar padrões para tomada de decisões automatizadas, ou seja, sem supervisão humana. Há diversas aplicações no cotidiano que usam *deep learning*, como recomendações personalizadas do Netflix ou Spotify, que sugerem conteúdos que podem ser do interesse do usuário.

| Big Techs

O termo *Big Techs* surge por volta de 2013 para dar conta de explicitar o alcance do domínio monopólico das multinacionais da tecnologia da informação, sediadas nos Estados Unidos. Esse grupo de gigantes da tecnologia da informação é formado pelas seguintes companhias: Meta (antigo Facebook), Microsoft, Alphabet (Google), Apple e Amazon.

| Dataficação

O conceito de dataficação busca explicar um fenômeno característico das novas tecnologias, em que uma série de aspectos da vida individual e privada são capturados massivamente, transformados em um conjunto de dados, que são organizados em informações e que, por sua vez, acabam se expressando em preços e, portanto, sendo negociados.

| Discurso de ódio

O discurso de ódio, ainda que não tenha uma definição precisa, pode ser entendido como uma violência verbal e que manifesta intolerância, desprezo, preconceito e incitação ao ódio direcionada a determinados grupos sociais: classe social, denominação religiosa, raça, gênero, orientação sexual, peso, deficiência, imigrantes, entre outros.

| Disparos em massa

O disparo de mensagem em massa se caracteriza pelo envio de um conteúdo específico para uma lista de celulares fornecidas por empresas ou funcionários de telefônicas. Agências de marketing organizam tais listas a partir de segmentação por gênero, religião, idade, renda, entre outros. Em seguida, os conteúdos são segmentados e transmitidos de acordo com o público-alvo.

| Desinformação

A desinformação consiste na ação de informar falsamente com o intuito de induzir ao erro e impactar a opinião pública. Para tal, são utilizados métodos e técnicas de comunicação que podem omitir uma parte da informação, mudar seu sentido ou mesmo diminuir sua importância. Os expedientes retóricos para atingir esse objetivo são inúmeros: descontextualização, omissão, generalização, adjetivação, mentiras (ainda que não necessariamente), desorganização da estrutura informativa, entre outros.

| Inteligência artificial

É a capacidade das máquinas em operar tarefas tidas como complexas que normalmente são realizadas por seres humanos. O nome foi cunhado pelo matemático inglês Alan Turing, em 1956. Ainda que amplo, alguns elementos básicos fundamentam este conceito: capacidade de aprendizagem, de reconhecer padrões (de comportamento, visuais ou sensoriais), de raciocínio, bem como de aplicar o raciocínio a atividades e situações cotidianas.

| Marketing de influência

É a prática de ações focadas em pessoas que tenham influência e/ou liderança na sociedade ou sobre algum segmento econômico, político, cultural ou social.

Especificamente, esta modalidade de marketing atua nas plataformas digitais, de sorte que o indivíduo com que se trabalha se torna um influenciador digital (*digital influencer*).

| **Milícias digitais**

Fenômeno mundial recente, o termo diz respeito a grupos cuja atuação ocorre nas redes sociais e em aplicativos de mensagens com a finalidade de impactar a vida política (não apenas eleitoral) da sociedade, através da intimidação e da desinformação pela distribuição de notícias falsas e difamação de adversários. Normalmente, esses grupos recorrem a robôs para ampliar o alcance e disseminar o conteúdo escolhido com mais velocidade. Recentemente, a Polícia Federal enviou para o Supremo Tribunal um relatório, ainda não conclusivo, no qual afirma que um grupo, chamado em diversas matérias da imprensa de Gabinete do ódio, se uniu de forma ordenada para obter vantagens financeiras e políticas. Um exemplo seria a divulgação de tratamentos precoces sem eficácia contra a covid-19 e de informações falsas contra as vacinas. Este grupo seria um tipo de milícia digital com pessoas, inclusive, ligadas ao presidente, como assessores.

| **Moderação de conteúdo**

As plataformas digitais e redes sociais estabelecem um conjunto de regras privadas ou termos de serviço para regular o que pode e o que não pode ser feito nesses espaços digitais. Nesse sentido, a moderação de conteúdo é uma mediação entre o usuário e essas regras e termos, de modo a administrar as possibilidades de interação, aquilo que viola e o que está de acordo com tais regras. Há diversos exemplos de moderação de conteúdos e a sua aplicabilidade gera polêmica, pois nem sempre os sistemas algoritmos, responsáveis pela primeira camada de moderação, detectam o real contexto da mensagem e, por vezes, geram bloqueios e exclusões de conteúdos e contas de forma arbitrária. Porém, um exemplo recente bastante adotado pelas plataformas digitais foi a moderação de conteúdos atrelados à pandemia de Covid-19. A moderação visava auxiliar no combate a fake news sobre medicações não comprovadas e ineficácia da vacina.

| **Modulação das atenções / modulação algorítmica**

O conceito de modulação algorítmica é uma derivação do conceito de modulação desenvolvido e utilizado pelo filósofo Gilles Deleuze ao descrever as sociedades de controle. A modulação para Deleuze é uma forma de controle plástico, como se fosse um molde auto deformante que muda continuamente. Nesse sentido,

a modulação algorítmica seria um processo de controle da visualização, do compartilhamento e da interação ocorrida em ambientes digitais, previamente moldados para atingir determinados fins, sem que necessariamente o indivíduo perceba. A partir da coleta massiva de dados e de processos de classificação e construção de perfis, os algoritmos passam a direcionar as atividades dos indivíduos em ambientes digitais, com um grau de controle que nenhum outro veículo seria capaz.

| Pegasus

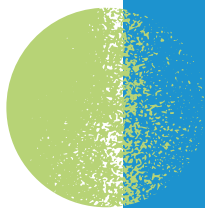
Pegasus é um programa espião criado por uma empresa de armas cibernéticas israelense, a NOS Group. Este programa é instalado de maneira secreta em celulares e outros dispositivos, com o objetivo de monitorar teclas de comunicação desses dispositivos, localizar onde estes se encontram, seguir ligações telefônicas e sequestrar o microfone e a câmera. Desse modo, o programa espião Pegasus é um exemplo de dispositivo de vigilância individual e social.

| Tecnopolítica

O termo pode ser entendido como a forma como as tecnologias impactam e transformam os processos políticos e sociais. Consiste em ações e comunicação políticas através de ferramentas tecnológicas com incidência social. Nesse sentido, as novas tecnologias abrem novos horizontes de atuação e participação política, cuja resultante pode ser mais inclusiva e democrática, ao mesmo tempo que pode servir a interesses privados monopólicos e grupos políticos poderosos.

| Tratamento de dados

Consiste em operações que abarcam a extração, coleta, recebimento, armazenamento e reprodução de dados de um indivíduo. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em vigor desde setembro de 2020, versa sobre o tratamento desses dados, com o intuito de assegurar sua privacidade: a finalidade desses dados; o acesso, qualidade e transparência; sua segurança, prevenção e não discriminação; e a prestação de contas e responsabilização.



Joyce Souza

Jornalista | Cientista Social. Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC. Pesquisadora do Laboratório de Tecnologias Livres (LabLivre/UFABC). Dedicar-se a pesquisas sobre o impacto social das tecnologias digitais na saúde pública e privada brasileira. Coorganizadora dos livros: *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal* (2021) e *A sociedade de controle: Manipulação e modulação nas redes digitais* (2019).

Sobre a Fundação Heinrich Böll

A Fundação Heinrich Böll é uma organização política alemã, presente em mais de 30 países e ligada ao Partido Verde da Alemanha. Um partido que nasceu nos anos 70 com a união de membros dos movimentos sociais que defendiam causas ambientais, de mulheres e LGBTQIA+. Os escritórios da Fundação Heinrich Böll da América Latina têm um compromisso especial com as organizações da sociedade civil do campo crítico porque acreditam que essas são fundamentais para o fortalecimento democrático.

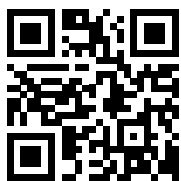
Promover diálogos pela democracia e buscar a garantia dos direitos humanos; atuar em defesa da justiça socioambiental; defender os direitos das mulheres e se posicionar como antirracista são os valores que impulsionam as ideias e ações da Fundação. No Brasil, a organização apoia projetos de diversas organizações da sociedade civil, organiza debates e produz publicações gratuitas.

No campo da justiça socioambiental, busca fortalecer o debate público que alie a defesa do meio ambiente com a garantia dos direitos dos povos do campo e da floresta. Em direitos digitais, a Fundação Heinrich Böll quer contribuir com uma cultura tecnopolítica fomentando a consciência na sociedade de que as tecnologias não são neutras. Estamos juntos de mulheres, organizações e pesquisadores para apoiar o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento aos riscos ligados ao aumento da desinformação e da vigilância digital. Defendemos que as tecnologias devem ser criadas e difundidas com uma perspectiva de direitos humanos.

Como disse Heinrich Böll, que inspirou o nome da Fundação,

***“envolver-se é a única forma
de enfrentar a realidade.”***

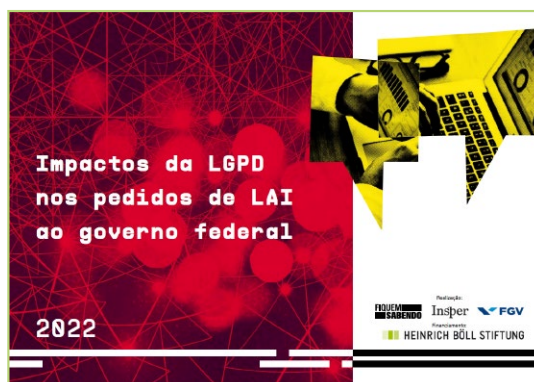
Baixe as
publicações
gratuitamente



www.br.boell.org

ou solicite
uma cópia
impressa
info@br.boell.org

Algumas publicações:



1 0
0 1
1 0
0 1
1 0
0 1

A DEMOCRACIA ACEITA OS TERMOS E CONDIÇÕES?

Eleições 2022 e a política
com os algoritmos

0 1 0 1 0 1
1 0 1
0 1 0 1
1 0
0 1 0
1 0 1 0 1



Acesse a página especial:
[https://br.boell.org/pt-br/
democracia-aceita-os-termos-e-condicoes](https://br.boell.org/pt-br/democracia-aceita-os-termos-e-condicoes)